



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**  
**MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA**

**SÉRGIO DOS SANTOS COSTA**

**TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E MUDANÇAS NAS**  
**RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL: O MODELO LIBERAL**  
**PERIFÉRICO E O “RISCO LULA”**

**Salvador**  
**2025**

**SÉRGIO DOS SANTOS COSTA**

**TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E MUDANÇAS NAS  
RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL: O MODELO  
LIBERAL PERIFÉRICO E O “RISCO LULA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco

**Salvador  
2025**

Ficha catalográfica elaborada por Valdinea Veloso CRB 5/1092

C837 Costa, Sérgio dos Santos  
Transformações econômicas e mudanças nas relações de poder  
no Brasil: o modelo liberal periférico e o “risco Lula” / Sérgio dos  
Santos Costa. – Salvador: 2025

98p. graf.; tab; .il.

Dissertação (Mestrado em Economia)  
Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia,  
2025

Orientador: Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco

1. Financeirização 3. Neoliberalismo 3. Partido dos  
Trabalhadores I. Balanco, Paulo Antônio de Freitas II. Título III.  
Universidade Federal da Bahia

CDD 338.9



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

### **SÉRGIO DOS SANTOS COSTA**

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL: O MODELO LIBERAL PERIFÉRICO E O “RISCO LULA”

Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** PAULO ANTONIO DE FREITAS BALANCO  
Data: 26/01/2025 17:09:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco  
(Orientador-UFBA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** FABRICIO PITOMBO LEITE  
Data: 27/01/2025 09:55:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fabrício Pitombo Leite (PPGE-UFBA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** KAIZA CORREIA DA SILVA OLIVEIRA  
Data: 27/01/2025 08:39:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Kaiza Correia da Silva Oliveira (UFBA)

Aprovada em 24 de janeiro de 2025.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco, pela atenção, pelas sugestões de textos maravilhosos e pelas correções.

Agradeço aos meus pais, Maria Antônia e Antônio Sergio, por sempre estarem comigo.

Agradeço a minha companheira, Fernanda Ribeiro e a minha cunhada, Fabiana Souza, pelas sugestões e pela atenção durante a elaboração do trabalho. Vocês foram sensacionais comigo e jamais poderei recompensá-las por isso.

Também agradeço a minha irmã, Gabriela Costa, pelo apoio. Assim como sou grato a meu afilhado Saulo, minha tia Celma e meu tio Edinho pelo apoio no decorrer da vida.

Agradeço também aos meus colegas de turma pela partilha de conhecimento e por ter conhecido cada um de vocês.

E agradeço a FAPESB e a Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-graduação em economia/ PPGE – Salvador. Quando era criança ainda, tinha uns sonhos com o local da faculdade. É difícil explicar, mas só sei que foi assim.

“Ninguém consegue nada sozinho.”

Alguém

## RESUMO

Este estudo analisa as transformações econômicas e as dinâmicas de poder no Brasil, destacando a adoção de um novo padrão de acumulação e sua relação com a ascensão de Lula à Presidência da República e do PT à posição de partido governante. Nesse sentido, o presente trabalho procura resgatar através de uma análise histórica e econômica o contexto de implementação do Neoliberalismo e da financeirização no Brasil. Dessa forma, observa seus impactos macroeconômicos mediante adoção do Padrão Liberal Periférico. Posteriormente, o trabalho analisa aspectos relacionados ao bloco no Poder e as disputas entre as frações de classes durante os modelos de substituição de importações e Liberal Periférico. Também analisa alguns aspectos centrais como o aumento da vulnerabilidade externa e a peleja distributiva em torno da dívida pública. Em seguida, observa os impactos dos preceitos do Consenso de Washington diante de um país que sempre preservou uma estrutura de propriedade fincada na desigualdade. Concomitantemente, observa a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e o seu processo de transformismo durante o processo de deterioração do câmbio em 2002. Dentro desse contexto, a dissertação busca analisar a nova dinâmica da acumulação de capital e as novas relações de poder no Brasil.

Palavras-chave: Brasil; depreciação do câmbio; financeirização; macroeconomia; neoliberalismo; partido dos trabalhadores.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the economic transformations and power dynamics in Brazil, highlighting the adoption of a new pattern of accumulation and its relationship with Lula's rise to the Presidency of the Republic and the PT's rise to the position of governing party. In this sense, this paper seeks to recover, through a historical and economic analysis, the context of the implementation of Neoliberalism and financialization in Brazil. In this way, it observes its macroeconomic impacts through the adoption of the Peripheral Liberal Standard. Subsequently, the paper analyzes aspects related to the bloc in power and the disputes between class fractions during the import substitution and Peripheral Liberal models. It also analyzes some central aspects such as the increase in external vulnerability and the distributive struggle over public debt. Then, it observes the impacts of the precepts of the Washington Consensus on a country that has always preserved a property structure rooted in inequality. At the same time, it observes the rise of the Workers' Party (PT) and its process of transformation during the exchange rate deterioration process in 2002. Within this context, the dissertation seeks to analyze the new dynamics of capital accumulation and the new power relations in Brazil.

**Keywords:** Brazil; exchange rate depreciation; financialization; macroeconomics; neoliberalism; workers' party.



## LISTA DE TABELA

Tabela 1	Crescimento do PIB entre 1990 e 2002.....	33
Tabela 2	Índice de preços ao consumidor amplo entre 1990 e 2002.....	34
Tabela 3	Finanças Públicas entre 1995 e 2006.....	86
Tabela 4	Participação percentual por indexador dos títulos públicos federais e operações no mercado aberto entre 1994 e 2015.....	88

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação da indústria de transformação sobre o PIB entre 1947 e 2018.....	22
Gráfico 2	Participação de sete commodities na pauta de exportações em % entre 2000 e 2018.....	53
Gráfico 3	Variação da taxa de câmbio em 2002.....	78
Gráfico 4	Pesquisa de intenções de votos para presidente em 2002.....	79
Gráfico 5	Saldo da balança comercial brasileira de 1998 e 2006.....	82
Gráfico 6	Exportações brasileiras entre 1998 e 2006.....	83
Gráfico 7	Balança de Transações Correntes entre 1995 e 2006.....	83
Gráfico 8	Conta Capital entre 1995 e 2006.....	84
Gráfico 9	Reservas internacionais entre 1994 e 2006.....	85
Gráfico 10	Dívida Líquida Consolidada entre 2001 e 2006.....	86
Gráfico 11	Variação da Taxa de juros básica em 2002.....	87
Gráfico 12	Detentores dos títulos públicos federais em 2007.....	89

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

BCB	Banco Central do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve Board
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto Territorial Rural
IVE	Índice de Vulnerabilidade Externa
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MLP	Modelo Liberal Periférico
MST	Movimento dos Sem-terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAI	Plano de Ação Imediata
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PPS	Partido Popular Socialista
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URV	Unidade Real de Valor

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. NEOLIBERALISMO, FINANCEIRIZAÇÃO E A ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DA HISTÓRIA .....</b>	<b>16</b>
2.1 PERÍODO PÓS-1929 ATÉ OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO (DÉCADA DE 1970) .....	16
2.2 FIM DO MODELO BRETTON WOODS E SUAS IMPLICAÇÕES.....	23
2.3 CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990....	30
<b>3. AS DISPUTAS ENTRE AS FRAÇÕES DE CLASSES NO BRASIL.....</b>	<b>41</b>
3.1 AS DISPUTAS NO BLOCO DO PODER NO PADRÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO.....	41
3.2 MODELO LIBERAL PERIFÉRICO: SUAS IMPLICAÇÕES PARA A VULNERABILIDADE EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	49
3.3 DÍVIDA PÚBLICA: A PRESENÇA DE AJUSTES FISCAIS E A PELEJA DISTRIBUTIVA.....	55
<b>4. A ENCRUZILHADA DA ECONOMIA E O CONSENSO DE WASHINGTON, O TRANSFORMISMO DO PT E O RISCO LULA.....</b>	<b>62</b>
4.1 A ENCRUZILHADA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O CONSENSO DE WASHINGTON.....	62
4.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: O TRANSFORMISMO DE LULA E DO PT.....	67
4.3 A DEPRECIAÇÃO CAMBIAL E O “RISCO LULA” .....	77
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É possível dividir o modo de acumulação capitalista nos países centrais e periféricos em três etapas durante os séculos XX e XXI. Por conseguinte, há um *modus operandi* até a depressão de 1929 e a segunda guerra mundial, os anos dourados do capitalismo e o processo de implantação do Neoliberalismo. Dessa maneira, a economia brasileira esteve integrada e subordinada às lógicas de acumulação vigente.

De fato, o Brasil foi o último país da América Latina a aderir ao receituário Neoliberal, justamente, por estar situado na encruzilhada entre uma ausência de consenso entre suas classes dominantes e o fortalecimento dos movimentos sociais de esquerda. É importante não esquecer que a sociedade brasileira conviveu durante mais de 21 anos sob a batuta de uma ditadura empresarial-militar. Nesse sentido, o único consenso entre as frações dominantes e dominadas era o retorno do sufrágio direto nas eleições presidenciais. Ademais, existiam diferenças de concepções de país dentro das frações do capital e do trabalho. (Miguel, 2022).

Paralelamente, a partir dos anos de 1970 houve através da abertura política um processo de organização e fortalecimento dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. Dessa maneira, foi possível constatar a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e o surgimento da Central Única dos trabalhadores. Ambos foram fundamentais para retardar a implementação cabal do modelo Neoliberal no fim dos anos de 1980 e no início da década de 1990.

Apesar do governo Collor introduzir os itens do Consenso de Washington, foi a partir do plano de estabilização de preços que houve um aprofundamento do Neoliberalismo e do processo de Financeirização. A necessidade de preservação da âncora cambial e de posterior manutenção do tripé macroeconômico estiveram acompanhados da dependência de fluxos de capitais de curto prazo, obtida mediante um prêmio de risco mais alto que os vigentes nos países centrais do capitalismo. (Filgueiras, 2003).

Entretanto, foi possível identificar o agravamento da vulnerabilidade externa e da fragilidade financeira do setor público. Dessa maneira, a dívida pública líquida e bruta tiveram uma elevação, ampliando ainda mais a necessidade de geração de *superávits*

primários robustos com o intuito de amenizar o humor dos detentores dos títulos públicos. Simultaneamente, as aberturas financeira e comercial promoveram uma desorganização das estruturas produtivas brasileiras, ampliando ainda mais a dependência dos fluxos de capitais para preservar a chamada âncora cambial. (Filgueiras, 2003).

O Plano Real foi fundamental para os triunfos eleitorais de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998. Sua eficácia na estabilização dos preços foi vital para os dois triunfos de FHC no primeiro turno. No entanto, a partir de 1999 os constantes *déficits* comerciais e a ausência de reservas impactaram na manutenção da âncora cambial. Por conseguinte, a dívida pública persistiu em rota de crescimento, enquanto a capacidade de planejamento e execução do Estado ficou cada vez mais comprometida diante dos detentores dos ativos financeiros.

Nas eleições de 2002, a candidatura Lula assumia o favoritismo diante das outras candidaturas, incluindo a candidatura governista. No decorrer dos anos de 1990, seu partido (PT) fazia duras críticas ao modelo de acumulação neoliberal, prometendo revogá-lo. Entretanto, com o crescimento da candidatura petista nas pesquisas de intenções de votos, constatou-se um ataque especulativo contra o real. Dentro desse contexto, identificou-se uma depreciação do câmbio que atingiu seu recorde em outubro de 2002.

Nessa perspectiva, o presente trabalho se propõe a discutir a desvalorização cambial de 2002, observando os impactos do Modelo Liberal Periférico na infraestrutura brasileira e, concomitantemente, sua interação com o iminente triunfo eleitoral da candidatura Lula. Nesse sentido, houve uma análise sobre os mecanismos de predomínio do mercado financeiro capazes de influenciar as políticas econômicas no âmbito fiscal, monetário e cambial. Não obstante, foi importante entender os variados aspectos do Padrão Liberal Periférico, observando-se seus principais atributos estruturais para ser assertivo analiticamente.

Ademais, para além da introdução a dissertação dispõe de três capítulos e as considerações finais. Por conseguinte, o segundo capítulo abordará a adoção do Neoliberalismo, da Financeirização e a conjuntura macroeconômica brasileira a partir dos anos de 1990. Nesse sentido, o trabalho discutirá as transformações nas estruturas produtivas dos países centrais

e periféricos nos anos dourados do capitalismo e após o fim do modelo de Bretton Woods. Paralelamente, abordará a conjuntura da economia brasileira nos anos de 1980 e 1990.

O terceiro capítulo abordará as transformações e disputas no bloco do poder entre as classes dominadas e dominantes. Também analisa o problema da vulnerabilidade externa dos países da América Latina, do Brasil e as disputas entre os grupos da sociedade em relação ao excedente produzido. Por conseguinte, o primeiro tópico do capítulo discute as disputas entre as classes nos Padrões de Substituição de Importações e no Liberal Periférico. Já o segundo tópico, promove um debate sobre os impactos da abertura comercial e financeira para a fragilidade externa. E o último, disserta sobre os principais meandros da dívida pública.

Já o quarto capítulo analisa a encruzilhada da economia brasileira com o Consenso de Washington, a estrutura de propriedade vigente e o transformismo de Lula e do PT. Dentro desse contexto, a primeira seção analisa a recepção do receituário do Consenso de Washington no Brasil e seus impactos econômicos, políticos e sociais. Posteriormente, há uma discussão sobre as desigualdades de renda, de capital e patrimonial. E por último, o capítulo discute os resultados econômicos observados após a adoção do Modelo Liberal Periférico e o “risco Lula em 2002”.

Em síntese, a presente dissertação pretendeu discutir a desvalorização cambial de 2002, observando os impactos do Modelo Liberal Periférico na infraestrutura brasileira e, concomitantemente, a relação com o iminente triunfo eleitoral da candidatura Lula. Por conseguinte, serão analisadas algumas variáveis capazes de contribuir para o entendimento desse processo.

## **2 NEOLIBERALISMO, FINANCEIRIZAÇÃO E A ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DA HISTÓRIA**

### **2.1 PERÍODO PÓS-1929 ATÉ OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO (DÉCADA DE 1970)**

Após a segunda guerra mundial um novo padrão de acumulação fincado em uma lógica de planificação e no modelo de conciliação de classes prevaleceu nos países centrais, sobretudo nos EUA e países da Europa Ocidental. O advento da primeira guerra mundial, a revolução Russa e o próprio avanço das forças produtivas foram fundamentais para a constituição de uma nova lógica de relação entre o capital e trabalho, na qual o Estado Liberal teria um novo papel. (Balanco; Pinto, 2007)

Lins (2021) também disserta sobre as variadas fases da economia-política mundial desde a crise de 1929. Nesse sentido, aborda o modelo fordista mediante compatibilização de interesses entre capital e trabalho (*Welfare*) até chegar à implantação do modelo neoliberal nos países centrais e periféricos. Inclusive, seu trabalho analisa o processo de implantação das políticas neoliberais no Brasil a partir da década de 1990. É importante destacar que o processo de reprodução do capital nos países não ocorreu homogeneamente.

Na fase de ouro do capitalismo nos EUA, as querelas distributivas entre o capital e o trabalho estavam mais associadas a aumento de salários acima do nível de produtividade. Entretanto, os ganhos dos trabalhadores estavam atrelados a um conjunto de políticas de bem-estar social capazes de promover certa dignidade ao trabalhador nos países da Europa ocidental. Já nos países periféricos (incluindo a América Latina) houve a prevalência da coerção e da repressão da classe trabalhadora (Balanco; Pinto, 2007).

Paralelamente, é importante destacar o papel da internacional socialista durante a guerra fria e do temor da grande burguesia europeia em relação ao alinhamento dos países ocidentais ao imperialismo Norte-Americano. Dessa maneira, foi possível identificar um processo de hegemonia defensiva através da implantação de uma nova ordem, na qual a classe trabalhadora obteve concessões dos capitalistas (sejam oriundas de direitos sociais como também de incremento de salários que convergiam com os ganhos de produtividade). Concomitantemente, nos países periféricos, ocorreram rupturas institucionais e



agravamento das tensões políticas, principalmente quando as classes populares obtinham ou reivindicavam avanços sociais (Miguel, 2022).

Outro aspecto considerável da fase de ouro do capitalismo é o protagonismo do imperialismo Norte-Americano, sobretudo após o advento da segunda guerra mundial e a crise da Libra Esterlina em 1947. A recuperação da economia dos EUA, fincada no estímulo à demanda efetiva com o intuito de viabilizar o pleno emprego, foi fundamental para determinar os rumos de Bretton Woods e de instituições financeiras supranacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial). Por conseguinte, ampliou seu progresso externo através dos planos Marshall, mediante convites para o desenvolvimento nos países Asiáticos e aumentando sua influência no continente americano (Balanco; Pinto, 2007).

As trocas desiguais entre as antigas metrópoles e suas respectivas ex-colônias foram fundamentais para viabilizar as concessões sociais para a classe trabalhadora nos países centrais. Sobretudo, através da superexploração do trabalho que contribuiu para a geração de excedentes capazes de financiar os déficits dos países centrais e manter uma taxa de lucro capaz de viabilizar o chamado *Welfare State* nos países da Europa e nos EUA (Lins, 2021).

Embora o progresso de acumulação de capital seja heterogêneo e complexo, é possível identificar comportamentos na sua dinâmica capazes de apresentar certas similitudes na sua forma de materialização. Nos momentos de diminuição da taxa de lucro dos capitalistas, há uma ampliação dos conflitos distributivos entre capital e trabalho. Dessa maneira, identifica-se também a adoção de reformas conservadoras que culminam na redução de direitos sociais. Esse momento é chamado de *Roll-Back*. No entanto, também há um momento de estímulo a demanda agregada (*Roll-Out*) em que as estruturas de mercado progridem mediante a atuação do Estado (Lins, 2021).

O modelo Roll Out representou após o colapso na bolsa de Nova York e a Segunda Guerra Mundial uma nova concepção de inspiração Keynesiana, pautada no estímulo à demanda efetiva e na regulação dos fluxos de capitais. Por conseguinte, se fez presente em alguns países centrais do capitalismo. Entre as medidas adotadas estão: a interferência na oferta de

moedas através dos bancos centrais<sup>1</sup> e a utilização de medidas macroeconômicas anticíclicas (incentivo ao investimento público e ao consumo via demanda agregada (Balanco; Pinto, 2005).

A crise de 1929 também evidenciou a necessidade de ampliar a regulação dos mercados de capitais. Dessa maneira, o Estado foi fundamental para viabilizar o novo *modus operandi* de acumulação durante os anos dourados do capitalismo. A fim de evitar choques, os governos centrais através de Breton Woods promoveram a adoção de câmbios fixos, limitaram os fluxos de capitais de curto e longo prazo. Além disso, ampliaram a regulação sobre o crédito, incentivaram linhas de fomento e a criação de bancos centrais a fim de dar respostas a possíveis problemas de liquidez (Belluzzo; Galípolo, 2017).

Paralelamente, a supremacia política e econômica dos EUA frente aos demais países ficou cada vez mais evidente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Inclusive, instituições como o Banco Mundial e FMI<sup>2</sup> se subordinaram aos interesses geopolíticos Norte-Americanos. Nesse sentido, se encarregaram de contribuir para promoção do crescimento econômico internacional, manter a estabilidade do câmbio e auxiliar países com desequilíbrio nos seus referidos balanços de pagamentos nos anos dourados do capitalismo. Por conseguinte, o dólar exerceu um papel estabilizador, principalmente, por estar plenamente associado a uma quantidade específica de ouro, adquirindo uma hegemonia diante das outras moedas (Hobsbawn, 1995).

As atuações do Banco mundial e do Fundo Monetário Internacional foram fundamentais para o processo de hegemonia dos EUA, principalmente após a segunda guerra mundial. Nesse sentido, o império Norte-Americano era o principal acionista dessas instituições supranacionais. Paralelamente, a expansão da grande empresa Norte-Americana hierarquizada e verticalizada proporcionou um processo de internacionalização da produção, juntamente com a revolução tecnológica em andamento. Ambas foram

---

<sup>1</sup> Os bancos interferem na oferta de moeda tanto de forma direta, alterando a quantidade de moeda em circulação, quanto de forma indireta, por meio da regulação das atividades de criação monetária dos bancos comerciais.” (Balanco; Pinto, 2005).

<sup>2</sup> “Apesar da imponente arquitetura das instituições Multilaterais (FMI e Banco Mundial), criadas em Bretton Woods, o papel principal da regulação da liquidez internacional foi desempenhado pelo Federal Reserve. O Banco Central americano funcionou, na verdade, como “regulador” do sistema de crédito em que se transformou o regime monetário internacional”. (Belluzzo & Galípolo, 2017, p. 23).

essenciais para um amplo processo de integração produtiva com os países dependentes (Balanco; Pinto, 2007).

De acordo com Lins (2021), a atuação do Estado foi fundamental para promoção de políticas capazes de viabilizar o funcionamento dos mercados através de mecanismos de correção e ao mesmo tempo, estabelecendo um direcionamento via planejamento. Nesse sentido, foi possível observar nesse período o financiamento em pesquisas e desenvolvimento, principalmente, em áreas de energia nuclear, aviação, eletrônica e na indústria pesada e, ao mesmo tempo, de forma coordenada uma expansão de seus capitais para os chamados países dependentes (Severo, 2024).

Nos países dependentes foi observado a adoção do chamado Modelo de Substituição de Importações. Embora não utilize a palavra “modelo”, Tavares (1975) critica a conceituação estrita do termo. De acordo com a economista, o conceito de Substituição de Importações não pode se resumir a uma mera retirada ou diminuição de componentes da pauta de importações com o intuito de substituí-la por produtos produzidos internamente. Nesse sentido, faz-se necessário discutir dentro de um âmbito de análise do processo de ampliação e diversificação da estrutura produtiva.

Filgueiras (2015) expande o conceito de Substituição de Importações através de parâmetros estruturais. Disserta sobre o Padrão de Acumulação no Brasil, procurando diferenciar aspectos estruturais e conjunturais. Os primeiros são aspectos não circunstanciais, impregnados de um conjunto de atributos que observam os aspectos do bloco do poder, a interação dos partidos políticos e a própria estrutura de controle sobre os meios de produção e de propriedade. Enquanto, os segundos são efêmeros, ou seja, podem ser impactados por um conjunto limitado de fatores, que pode evidenciar certas distorções.

De acordo com Teixeira e Pinto (2012), o Modelo de Substituição de Importações vigorou no Brasil de 1930 até o fim da década de 1980. Durante esse período, o Estado foi fundamental na promoção do desenvolvimento, agindo como um indutor e planejador do processo de industrialização. Paralelamente, existia uma hegemonia da grande burguesia industrial no bloco do poder do capitalismo, quando observada as outras frações dominantes e dominadas.

Anteriormente o modelo de acumulação vigente era o agrário exportador onde havia uma prevalência da pauta primária nas exportações. O advento da crise de 1929 ampliou o estrangulamento do setor externo, impulsionando o progresso industrial e ao mesmo tempo, contribuindo para uma mudança no papel do Estado, que passa a ser mais vital no planejamento (Tavares,1975).

Oliveira (2003) analisa o processo de substituição de importações no Brasil, observando as idiosincrasias presentes na sua formação econômica e social. De acordo com o autor, apesar da ampliação da diversificação da estrutura produtiva do país e da redução da dependência da importação de produtos estrangeiros, a economia brasileira inseriu-se de forma dependente e subordinada, ampliando ainda mais a dependência tecnológica e financeira em relação aos países centrais do capitalismo. Paralelamente, também não foi possível identificar um processo de integrado, que ampliou as desigualdades sociais e econômicas entre as classes dominantes e dominadas e entre as regiões do país.

Nessa perspectiva, o Modelo de Substituição de Importações colocado em prática no Brasil está inserido dentro da lógica dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, sobretudo diante da lógica de acumulação capitalista. Dessa maneira, o fornecimento de produtos de baixo valor agregado, gerando excedentes para os países centrais através da superexploração do trabalho, é um ponto fundamental. Nesse sentido, a condição de dependência termina inviabilizando a constituição de um Estado forte e, subsequentemente, a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de promover um desenvolvimento mesmo que tardio (Pinto; Gonçalves, 2016; Filgueiras, 2015).

Embora escreva em uma conjuntura de crise do Modelo de Substituição de importações, Serra (1983) faz críticas ao Modelo de Substituição de Importações, defendendo sua inserção no processo de globalização. De fato, o autor defende o Estado como principal coordenador do processo de industrialização. Entretanto, não se solidariza com os mecanismos utilizados que viabilizaram o Modelo de Substituição de Importações, criticando o excesso de protecionismo, subsídios e de intervenção estatal. Dessa maneira, propõe uma integração ao processo de globalização viabilizado sobretudo com

investimentos em tecnologia, educação e em ganhos de produtividade ampliando ainda mais a dependência das chamadas Cadeias Globais de Valor<sup>3</sup>.

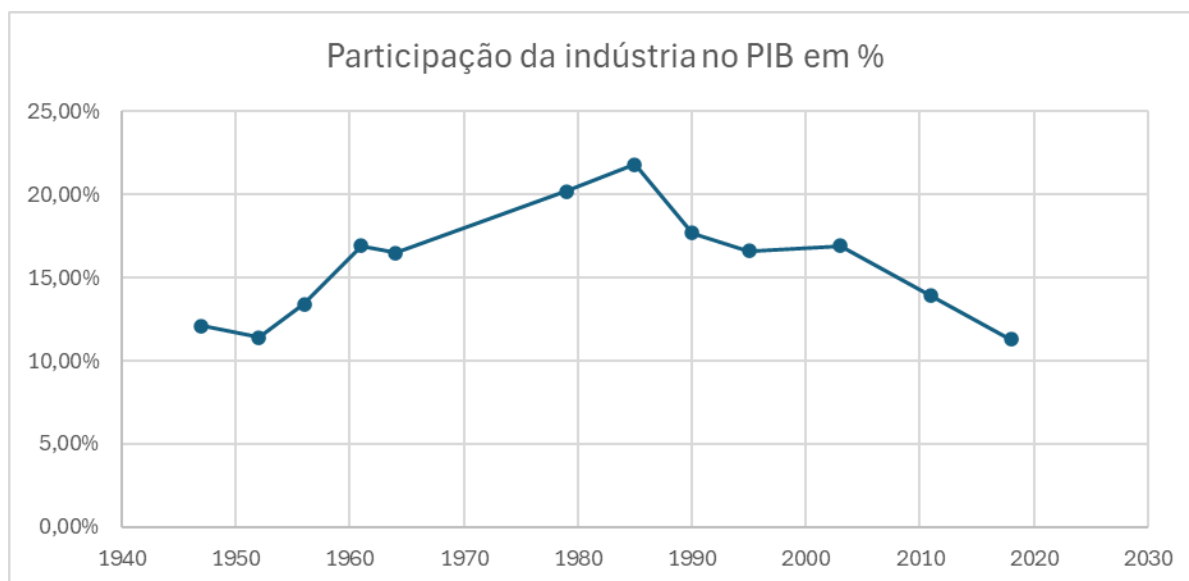
Tanto Serra (1983), Bresser (1991) e Gomes (2020) propõem alternativas ao desenvolvimento, entretanto não colocam a questão da dependência no epicentro do debate, principalmente a subordinação da economia brasileira frente a divisão internacional. Muitas vezes expurgam ou não analisam os aspectos políticos, históricos e sociais presentes, especialmente, em relação a dinâmica das classes e suas respectivas frações. Por outro lado, reconhecem que o advento do Modelo de Substituição de Importações ampliou a participação da indústria de transformação na pauta de exportações e na participação do produto interno bruto.

De fato, os países da América Latina, inclusive o Brasil, passaram por um processo de transformação na estrutura produtiva a partir da década de 1930. O setor primário exportador representava a maior parcela das exportações brasileiras durante a década de 1930. Produtos como o café, a borracha e o cacau se destacavam como principais itens das nossas exportações. Posteriormente, a crise de 1929 impactou as pautas de exportações, sobretudo com a diminuição da demanda nos EUA. Nesse sentido, os impactos da crise de 1929 foram fundamentais para estimular o processo de substituição de importações no país. (Furtado,2007).

---

<sup>3</sup> Referem-se ao processo de descentralização produtiva que culmina na fragmentação das etapas de produção em diferentes países. Apresentam alguns pontos em comum como: A fragmentação da produção, especialização produtiva, interdependência entre as empresas e países produtores. (Oliveira; Lima, 2022)

Gráfico 1 - Participação da indústria de transformação sobre o PIB (1947-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em FIESP (2019)

O Presente gráfico observa a participação dos produtos manufaturados no PIB do Brasil. Nesse sentido, é possível observar que a participação dos produtos no PIB passou de 12,1% em 1946 para 21,8% em 1985. É importante ressaltar que houve um incremento da participação dos manufaturados no PIB entre 1970 e 1980, embora nos anos posteriores tenha havido uma retração da participação desses itens na pauta de exportações e no PIB.

Nesse sentido, foi possível observar uma transição de um modelo Agroexportador para o modelo posterior aos anos de 1930, que culminou em uma introdução de um modelo de substituição de Importações. Por conseguinte, identificou-se principalmente na era Vargas um aumento da participação da indústria no PIB e uma redução da dependência das importações de bens importados, especialmente em uma conjuntura de queda dos preços do café durante a crise de 1929. (Pinto; Gonçalves, 2016)

É importante ressaltar que durante os governos de Juscelino Kubitschek e a própria ditadura Militar foi possível observar o aumento do ingresso de capitais estrangeiros em um contexto em que as cadeias globais de valor almejavam descentralizar a produção com o intuito de auferir maiores excedentes. Nesse sentido, foi possível observar uma modernização e expansão industrial e, simultaneamente, uma atuação do Estado como principal planejador, especialmente através de investimentos na indústria de base e em infraestrutura. (Pinto; Gonçalves, 2016).

Em suma, os anos dourados apresentaram uma transformação no modo de acumulação capitalista. Dessa maneira, a crise de 1929 e os anos pós-Segunda Guerra Mundial contribuíram para uma mudança no papel do Estado, que passou a agir como um planejador. Paralelamente, deve-se destacar as assincronias presentes nos países periféricos e centrais durante esse período. Nos primeiros houve um predomínio da violência e da coerção nas relações sociais, enquanto no plano econômico foi observado um crescimento industrial e uma prevalência da dependência. Já nos segundos houve uma constituição de pacto social pautado no ganha-ganha em que nível de produtividade obtida nos países periféricos ajudaram a viabilizar o chamado Welfare State.

## 2.2 FIM DO MODELO DE BRETTON WOODS E SUAS IMPLICAÇÕES

De acordo com Filgueiras (2003), a tendência Liberal ganhou espaço nos debates acadêmicos a partir da década de 1970 em um contexto de estagflação em alguns países centrais do capitalismo, principalmente diante do esgotamento do modelo alcunhado de fordista. Assim, os defensores do individualismo metodológico adquiriram espaços em meio a uma batalha ideológica com os Keynesianos. Dessa maneira, o discurso antigoverno e de exaltação aos mercados adquiriram adeptos, sobretudo na Europa e nos EUA.

Paralelamente, observou-se uma acentuação do processo de globalização através da locomoção de estruturas industriais das zonas centrais do capitalismo para outras partes do mundo, especialmente países da Ásia. As grandes multinacionais encaravam esses países como oportunidades para ampliar o mercado consumidor e aumentar suas referidas taxas de lucros, sobretudo em um ambiente com um nível de regulamentação ambiental e trabalhista mais flexível quando comparado com os países centrais. Além disso, a própria reserva de mercado maior, quando confrontada com os países de origem, contribuía para o processo de descentralização produtiva (Filgueiras, 2003).

Em meados os anos 1960, alguns sinais apontavam para a reversão de expectativas nas economias centrais do capitalismo. Dessa maneira, foi possível perceber uma redução nas taxas de lucro e de investimentos. Nos EUA, por exemplo, foi possível identificar uma deterioração do balanço de pagamentos em função da elevação das despesas com a guerra fria e do deslocamento de investimentos para os países da Ásia. Também é oportuno

acrescentar o despontamento das economias: japonesa e alemã<sup>4</sup>, que forçou o governo Nixon a decretar a inconvertibilidade do dólar frente ao ouro, promovendo um processo de adesão ao regime de câmbio flutuante (Tavares, 1992).

A partir de meados dos anos de 1970, foi possível observar uma mudança considerável no padrão de acumulação dos países centrais e periféricos do capitalismo. Concomitantemente, há uma modificação no *modus operandi* de atuação do Estado no domínio econômico. Dessa maneira, a dominância financeira está intimamente conectada com as relações sociais de produção e com as disputas entre o Capital e Trabalho (Chesnais, 1996).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender as conceituações referentes ao capital financeiro, sobretudo a partir do advento dos grandes conglomerados industriais monopolistas no fim do século XIX. Dessa feita, a fusão entre setores industriais (ligados a esfera da produção) e as grandes instituições financeiras foi fundamental para a constituição do capital financeiro em um contexto de aprofundamento da corrida imperialista com o intuito de ampliar os mercados consumidores e promover o controle do processo produtivo. O resultado foi a criação de uma esfera financeira (Lenin, 2012; Balanco; Pinto, 2005).

É fundamental analisar as mudanças no papel da esfera Financeira na economia capitalista no decorrer dos últimos dois séculos. Nesse sentido, são notórias suas conotações distintas desde o fim do século XIX e início do século XX, sobretudo com o processo de centralização e concentração do capital, viabilizado através de processos de fusão e incorporação. Assim, é possível observar sua prevalência diante da esfera produtiva antes da grande depressão de 1929 e a mudança no seu papel quando os Estados Nacionais adotam políticas Keynesianas que proporcionaram uma maior regulação e controle, coibindo sua autonomização. Entretanto, após o fim da década de 1970, a esfera financeira assumiu um novo papel na dinâmica capitalista (Balanco; Pinto, 2005).

---

<sup>4</sup> “A decisão do FED de subir unilateralmente as taxas de juros americanas em outubro de 1979 (antes do 2º choque de petróleo) foi uma resposta à investida de europeus e japoneses, tomada com o propósito de resgatar a supremacia do dólar como moeda de reserva.” (Tavares e Belluzzo, 1984).



É importante destacar que a criação dos ativos financeiros viabiliza a autonomização dos valores-capital no sistema capitalista, contribuindo para modificações nas gestões dessas riquezas. Assim, é possível observar uma elevação da complexidade e, concomitantemente, do nível de instabilidade. Principalmente, em função das expectativas e do elevado grau de especulação, sobretudo nos mercados financeiros (Chesnais, 1996).

Embora priorize aspectos relacionados a demanda agregada, ao emprego e a renda, Keynes (2012) discorre sobre as conexões das taxas de câmbio com outras variáveis macroeconômicas. Apesar de não expurgar a paridade do poder de compra da sua análise, o autor alega que se podem ter variações diferentes entre os países, sobretudo porque os chamados “bens non-tradables” podem ter mudanças diferentes entre os países. Assim, cabe aos governos nacionais promoverem o pleno emprego juntamente com a estabilidade macroeconômica. (Rossi, 2016).

Rossi (2016) estabelece uma conceituação referente as taxas de câmbio no início de sua obra. De acordo com o autor, a taxa de câmbio é um conceito bilateral. Por conseguinte, sua conceituação depende da comparação entre duas moedas. Dessa maneira, duas taxas de câmbio se destacam: A Fixa e a Flutuante. A primeira é determinada pelo Banco Central e a sua variação é menor em um determinado período. Já a segunda é determinada pelo comportamento dos diversos mercados e há frequente variação.

A transição do câmbio fixo ajustável para o câmbio flutuante ocorreu principalmente quando os EUA apresentavam déficits nas suas transações correntes e, simultaneamente, havia uma incompatibilidade entre as reservas em ouro e o dólar. Por conseguinte, o fim do padrão ouro efetivou uma mudança nos regimes de câmbio dos países centrais do capitalismo, permitindo uma maior flexibilidade das políticas monetárias e maior utilização das taxas de juros através dos bancos centrais como ferramenta de política monetária. (Rossi, 2016).

Filgueiras (2003) articula três aspectos que se entrelaçam e são fundamentais para a compreensão da nova dinâmica de acumulação vigente a partir dos anos de 1970. De acordo com o autor; o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização são aspectos fundamentais para compreender a nova fase do capitalismo. No caso do primeiro, há um retorno a discussão referente aos conceitos de liberalismo e suas diferenças em

relação ao neoliberalismo. Posteriormente, o autor aponta as diversas faces da reestruturação nas relações de produção nos países centrais e periféricos. E por último, há uma discussão referente as nuances do processo de globalização, observando-se sobretudo seu aspecto financeiro e suas consequências.

O processo de globalização financeira ocorreu em decorrência de três aspectos fundamentais: a liberalização financeira e monetária, a desintermediação e uma ampla abertura dos mercados financeiros internacionais. Por conseguinte, foi possível observar um amplo processo de aumento da interdependência entre os variados segmentos do mercado e das diversas esferas nacionais, reduzindo a capacidade de intervenção dos Estados e dos Bancos Centrais. E a situação amplia o nível de instabilidade nas relações capitalistas em um contexto de prevalência da acumulação fictícia, da concentração e centralização de capitais. (Filgueiras, 2003).

A crise dos Petrodólares em 1973 foi fundamental para entender o novo panorama de financeirização. Consistiu na majoração dos preços do petróleo promovido pelos países da OPEP. Nesse sentido, o excedente obtido pelos países produtores de petróleo foi fundamental para a expansão dos mercados financeiros globais e simultaneamente, ampliar as complexidades nos mercados de capitais com ativos financeiros mais complexos como os derivativos e as securitizações (Rossi, 2016).

O colapso do padrão ouro-dólar foi fundamental para a adoção dos câmbios flutuantes, tornando as moedas um novo tipo de ativo financeiro negociável. Esse movimento aliado a condição do dólar como moeda reserva do mundo proporciona a manutenção e o agravamento da condição subordinada das outras moedas. Dessa maneira, a acumulação do dinheiro na esfera mundial é uma condição necessária para a participação, a soberania e vulnerabilidade da economia de um determinado país. Assim, as moedas dos países periféricos se tornaram mais suscetíveis diante das volatilidades de curto prazo, sobretudo porque há uma hierarquia entre as moedas, fruto de um processo histórico e da própria dinâmica de reprodução do capital (Kaltenbrunner; Paineira, 2018).

A hegemonia dos ativos financeiros em relação aos outros se viabilizou de forma heterogênea nas diversas economias, apresentou formas e conteúdos diferentes. Nessa perspectiva, os impactos do avanço dessa esfera sobre as demais não podem ser analisados

homogeneamente com um único prisma singelo ou analisado diante de um único modelo econométrico ou matemático. Seus impactos também não são os mesmos nos países centrais e periféricos (Kaltenbrunner; Paineira, 2018).

Em relação as políticas Neoliberais, é possível inferir que não foram implementadas de forma homogênea. Na Inglaterra, por exemplo, foi possível identificar uma contração monetária fincada em restrições na emissão monetária e na elevação das taxas básicas de juros. Também houve uma desregulamentação dos fluxos de capitais através da liberalização dos controles de capitais. Em compensação, nos EUA, notou-se a elevação das taxas de Juros<sup>5</sup> e aumento do *déficit* público, em função de investimentos no complexo militar, em virtude da guerra fria. A consequência do aperto monetário foi o aumento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das entidades de representação dos trabalhadores (Hobsbawm, 1995).

Na França e Espanha foi possível identificar triunfos eleitorais dos seus partidos socialistas nesses referidos países. Por conseguinte, houve um processo de flexibilização do programa de governo após a posse desses partidos através de uma dosagem da pílula neoliberal. Dessa maneira, ambos os governos promoveram em certa medida aberturas das suas contas comerciais e financeiras, e simultaneamente, promoveram reformas no Welfare State com o intuito de atender a chamada austeridade fiscal (Filgueiras, 2003).

É importante frisar os efeitos promovidos pelo processo de globalização nos países centrais através de uma ampla desterritorialização das suas burguesias e da própria produção. Paralelamente, foi possível observar a centralização e a concentração de empresas, que consistia basicamente na prevalência de poucas empresas em seus ramos de produção. Nesse sentido, a capacidade de planejar no longo prazo dos países centrais, observada nos anos anteriores, diminuiu, enquanto os grandes capitalistas obtiveram menos restrições para alocar os seus capitais (Filgueiras, 2003).

---

<sup>5</sup> “Economicamente, a “diplomacia do dólar forte” encaminhada por Paul Volcker, engendrada no ano de 1979, tinha como objetivo estratégico enquadrar os países sócios e os principais competidores econômicos do mundo capitalista. Como a principal ferramenta utilizada naquela política foi uma expressiva elevação das taxas de juros, ocorreu uma reversão da direção dos fluxos de capitais da Europa, Japão e, principalmente dos países periféricos, para os Estados Unidos, já que outrora era o principal exportador de capitais. Este processo permitiu o equilíbrio da balança de pagamentos americana, uma vez que o fluxo de capitais oriundo do exterior se mostrou suficiente para cobrir o crescente *déficit* público daquele país” (Balanco; Pinto, 2005).

No caso dos países periféricos, as políticas de cunho Neoliberal foram colocadas em prática, a partir de meados dos anos de 1980. Apesar dos expressivos crescimentos do produto nas duas décadas anteriores, as economias Latino-Americanas foram impactadas com a retração nos níveis de liquidez. Por conseguinte, alguns países da América Latina tiveram seus balanços de pagamentos debilitados. Dessa maneira, decretaram moratória ou foram obrigados a renegociar suas dívidas com as instituições supranacionais controladas pelos países imperialistas (Filgueiras, 2003).

Hobsbawn (1995) destaca que o Chile foi o primeiro país da América Latina a aderir as políticas de cunho Neoliberal, em meados da década de 1970, durante a ditadura de Pinochet. Já as demais economias da América Latina aderiram as políticas Liberalizantes a partir de meados da década de 1980 mediante o esgotamento do modelo de substituição de importações, cujos empréstimos externos foram fundamentais para a engrenagem que possibilitou um ciclo de crescimento considerável na década anterior (Pinto; Gonçalves, 2016).

O Brasil, por exemplo, iniciou seu modelo de substituição de importações, a partir de meados da década de 1930. No interregno do fim da década de 1960 e início dos anos de 1970, a economia Brasileira foi beneficiada com um ciclo de crescimento considerável, viabilizado por empréstimos externos. No entanto, com a retração da liquidez internacional já em meados da década de 1980, foi possível identificar um agravamento da desorganização do balanço de pagamentos e um aumento das dificuldades de honrar os compromissos perante os credores internacionais (Filgueiras, 2003).

A conjuntura internacional era desfavorável para implementação de um plano de estabilização de preços. As elevadas taxas de juros nos EUA e nos demais países centrais do capitalismo diminuía a demanda de capitais para as economias emergentes. As tentativas de debelar a escalada da inflação não conseguiam ser bem-sucedidas nesse período em alguns países periféricos, especialmente em alguns países da América Latina como Brasil, México e Argentina na segunda metade da década de 1980. Concomitantemente, esses países recorriam à empréstimos com o FMI (Almendra, 2003).

Nos países da América Latina foi possível constatar uma aceleração do processo inflacionário, especialmente, na segunda metade da década de 1980. O Brasil, Argentina e

o México promoveram máximas desvalorizações cambiais. Os países da América Latina tiveram dificuldades de atrair capitais, sobretudo por causa do aumento das taxas de juros nos países centrais. Concomitantemente, foi possível identificar o esgotamento dos modelos de substituição de importações (Almendra, 2003).

Batista Jr. (1993) disserta sobre o flerte das principais instituições financeiras internacionais com a dolarização e seus impactos nas economias dos países da América do Sul. Apesar de analisar seus impactos nas economias dos países periféricos, o autor evidencia seus diversos níveis. Dessa maneira, os planos de estabilização presentes nos países Latino-Americanos tiveram algum nível de ancoragem cambial, de conversibilidade da moeda nacional, de subordinação da base monetária às reservas internacionais e do uso interno de uma determinada moeda estrangeira. Assim, houve um aumento da vulnerabilidade externa e perda de capacidade de planejamento para execução de políticas de desenvolvimento desses países.

Os argumentos observados por Almendra (2003) podem ser utilizados como complemento à medida em que explicitam a adoção de um amplo conjunto de reformas e de desregulação sobre a atividade privada, que acompanharam os variados planos de estabilização de preços nos países periféricos a partir da segunda metade da década de 1980. Ao utilizar a economia Mexicana como objeto de estudo, o autor expõe a ancoragem dos respectivos planos de estabilização com as moedas fortes a fim de promover a atração de um fluxo de capitais.

O próprio autor disserta sobre a implantação do plano *Ázteca* do México no início da década de 1990 durante o governo de Carlos Salinas de Gortari. A diminuição da taxa de juros dos EUA e a adoção do Plano Brady <sup>6</sup>viabilizaram em certa medida a implantação dos planos de estabilização Mexicano e de outros países da América Latina. Dessa maneira, a queda da taxa de juros Norte-Americana no início da década de 1990 foi fundamental para a valorização dos ativos financeiros nos países da América Latina. Paralelamente, o conjunto de medidas de liberais possibilitou a atração de capitais especulativos para a região. No entanto, em 1994, o México foi acometido por um grande

---

<sup>6</sup> Consiste em um plano de Nicholas Brady com o intuito de reestruturar as dívidas dos países periféricos com os grandes organismos econômicos internacionais. (Filgueiras, 2003)

ataque especulativo, agravado pelos sucessivos déficits nas transações correntes que fragilizaram suas contas externas (Almendra, 2003).

Batista Jr. (2002) corrobora com os elementos apontados pelos autores acima, quando discorre sobre a implantação do Plano Cavallo e seus impactos para a economia Argentina. Segundo o autor, o então governo eleito e o congresso colocaram em prática o *currency board*, estabelecendo paridade entre o dólar e o peso, extinguindo as restrições e instituindo um lastro para a conversão das duas moedas. Dessa maneira, a experiência Argentina foi ainda mais ousada quando comparada com outras experiências vigentes no continente Latino-Americano. Principalmente, porque a economia Argentina passou por um amplo processo de desindustrialização absoluta e abertura financeira que a deixou ainda mais vulnerável diante de choques externos.

Um aspecto importante para ser analisado está relacionado as discrepâncias entre as crises cambiais e financeiras vigentes nos países da América Latina e nos países dos chamados Tigres Asiáticos e no sudeste da Ásia. Nos primeiros, é possível identificar uma conexão entre a vulnerabilidade externa e a adoção de um novo padrão de acumulação como itens não desprezíveis para a análise das crises cambiais e financeiras. Nos segundos, há uma concatenação entre aspectos exógenos como a paridade entre o Iene e o dólar até o processo de liberalização financeira. É importante destacar que os segundos não abdicaram da proteção às suas industriais, enquanto os países da América Latina promoveram uma ampla abertura comercial e financeira (Medeiros, 1998; Filgueiras, 2003).

Em suma; a adoção de políticas neoliberais, o processo de globalização e de financeirização tornaram o entendimento das relações sociais de produção e as forças produtivas mais complexas. Mesmo nos países centrais foi possível identificar um aumento das complexidades nos mercados de capitais e um aumento da concentração e centralização desses capitais. Por conseguinte, o excedente obtido pelos países centrais se deslocou para os países periféricos, ampliando ainda mais a dependência, reduzindo a capacidade de planejamento de longo prazo e, simultaneamente, ampliando suas vulnerabilidades diante dos choques externos.

### 2.3 CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

É possível constatar que a partir da década de 1990 houve uma mudança de paradigma no Brasil através da transição do Padrão de Substituição de Importações para um padrão com predomínio de uma economia mais aberta e dependente de capital, que alterou significativamente as relações sociais de produção e as forças produtivas. Conseqüentemente, houve alterações no âmbito da estrutura produtiva em função da mudança de paradigma, que culminou em uma ampla abertura financeira, comercial e movimentos dentro da dinâmica de poder.

A estratégia norte-americana de retomada da hegemonia e os choques do Petróleo foram fundamentais para promover a desaceleração da economia mundial em meados da década de 1970. Em meio ao contexto de retração da liquidez internacional, as contas externas Brasileiras se deterioraram. Com a maxidesvalorização do câmbio nos primeiros anos da década de 1980, foi observado uma aceleração da inflação e um aumento das dificuldades de honrar os compromissos com as instituições financeiras internacionais (Filgueiras, 2003).

É importante destacar que o Brasil apresentou um considerável crescimento do PIB entre os anos 1930 e 1980, uma fase de ouro da economia do país caracterizada por um forte crescimento industrial. O país cresceu em média 4,5% ao ano no período 1950 – 1980. Expansão de 3,8% ao ano se tomarmos como média o crescimento entre os anos 1930 e 1980. Entretanto, a partir da década de 1980, o Brasil abdica de um projeto desenvolvimentista com o esgotamento do modelo de substituição de importações, inserindo-se na década seguinte nas égides do Liberalismo (Bresser, 2018).

De acordo com Filgueiras (2003), a crise da dívida é um aspecto que não pode deixar de ser observado para analisar o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações. Nesse sentido, a elevação das taxas de juros nos EUA e o segundo choque do petróleo contribuíram para restringir os empréstimos externos para os países periféricos, inclusive para o Brasil. Por conseguinte, o diagnóstico do FMI consistia em responsabilizar a gestão de política econômica do Brasil que era governado por uma ditadura militar, isentando de responsabilidade os países centrais do capitalismo.

O diagnóstico do FMI recomendava uma restrição da demanda interna, restringindo o crédito. Dessa maneira, os programas de estabilização macroeconômica estabeleciam um

patamar de déficit “aceitável” nas transações correntes. Posteriormente, determinavam *superávits* na balança comercial, restrição no crédito doméstico e *superávits* fiscais com o intuito de pagar o principal da dívida. Entretanto, foi possível observar uma retração no crescimento do PIB do país durante a década de 1980 e uma aceleração dos índices de inflação. (Filgueiras, 2003).

Havia basicamente três diagnósticos para a inflação brasileira nos anos 1980. O primeiro era o diagnóstico ortodoxo/liberal que associava a elevação dos preços ao aumento ao déficit público. O segundo observava o aspecto inercial para tratar a inflação, ou seja, era necessário expurgar a memória do passado. E o último responsabilizava a ruptura com o padrão ouro, que desestabilizou os mercados financeiros, de câmbio e os mercados de bens e serviços. (Pinto, 2021).

A elevação das taxas de inflação e o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações foram fundamentais para o enfraquecimento da ditadura militar e abertura política. Por conseguinte, os fracassos dos planos de estabilização de preços colocados em prática durante o governo de José Sarney e a retração no crescimento econômico, quando comparado com a década anterior, foram fundamentais para o triunfo de um candidato com um discurso liberal. (Filgueiras, 2003).

A ascensão de Fernando Collor à presidência da república nas eleições de 1989, a implantação do Plano Real e os triunfos de Fernando Henrique Cardoso foram fatores internos fundamentais para implantação de medidas de cunho neoliberal em consonância com a lógica de valorização dos ativos financeiros. Nessa perspectiva, a própria condução da política econômica confabulava com os componentes vinculados aos preceitos presentes nas recomendações do FMI e no Banco Mundial (Filgueiras, 2003).

O governo Collor começa a viabilizar o ingresso da economia Brasileira no novo contexto de financeirização. Nesse sentido, adotou medidas a fim de “estabilizar” o crescimento da dívida pública perante os “credores” e agências multilaterais. Uma delas foi introduzir a retirada de restrições, em relação, aos fluxos de capitais. Também promoveu a resolução de débitos em moratória através da ampliação das reservas cambiais, embora seja importante ressaltar o papel da redução das taxas de juros do FED a partir do início dos anos de 1990. (Paulani, 2005; 2012).



Segundo Filgueiras (2003), nos anos 1990, com a adoção do novo padrão de acumulação, o governo Collor introduziu um choque apoteótico na economia brasileira a partir do seu primeiro plano econômico. Nesse sentido, o confisco sobre a poupança, a liberalização comercial (mediante revisão dos subsídios e de incentivo às importações) e restrição ao crescimento do gasto público contribuíram para a diminuição na média de crescimento da demanda agregada, quando comparado com as duas décadas anteriores.

Tabela 1 – Brasil: Crescimento do PIB (1990-2000)

<b>ANO</b>	<b>Produto Interno Bruto (PIB) - Variação %</b>
1990	-4,3%
1991	1%
1992	-0,5%
1993	4,9%
1994	5,8 %
1995	4,2%
1996	2,2%
1997	3,4%
1998	0,3%
1999	0,5%
2000	4,4%
2001	1,51%
2002	1,9%

Fonte: FGV - Centro de Contas Nacionais

Apesar dos choques promovidos pelo Plano Collor I, a média de crescimento manteve o patamar nos anos subsequentes, mesmo em uma conjuntura de aumento da liquidez internacional e de posterior estabilização de preços. O interregno entre 1993-1995 foi um ponto fora da curva, período em que a média de crescimento girou em torno de 4,96% de acordo com os dados observados na tabela 1. Esse resultado foi obtido mediante a expansão do consumo, principal vetor de crescimento da economia brasileira no período de implantação do Plano Real (Carneiro, 2002).

O Plano Collor fracassou no combate a hiperinflação após colocar em prática um conjunto de medidas que desorganizaram o sistema econômico. Principalmente quando dificultou o

acesso ao capital de giro para muitas empresas, ampliando as incertezas dos agentes econômicos em relação à recuperação dos seus ativos confiscados. Já o Plano Real, através do componente inercial, promoveu a sintonização dos preços relativos da economia, suavizando a passagem para a nova moeda através da preservação das expectativas dos agentes econômicos (Bastos; Ferraz, 2021; Filgueiras, 2003).

Nos anos iniciais da década de 1990 foi possível observar um influxo de capitais maior para o Brasil. O choque externo culminou na queda acentuada das taxas de juros de mercado para operações em dólares. Por conseguinte, as contas externas foram favorecidas, já que parte considerável do passivo externo Brasileiro estava atrelado ao dólar. Dessa maneira, foi possível também ampliar o contingente de reservas cambiais. Assim, as condições internacionais estavam dadas para um plano de estabilização, principalmente em uma conjuntura de diminuição das taxas de juros dos EUA (Belluzzo, 1992).

O Plano Real teve três fases. Na primeira, o governo priorizou a adoção de um ajuste fiscal através da criação do Plano de Ação Imediata (PAI) e do Fundo Social de Emergência (FSE). Na segunda fase, a implantação da Unidade Real de Valor (URV) promoveu a sintonização dos preços relativos da economia, integrando o componente inercial do plano. E por último introduziu uma nova moeda, mediante conversão da URV em Real. Dessa maneira, um novo regime cambial aliado à liberalização comercial e financeira foi fundamental para promover a estabilização dos preços (Filgueiras, 2003; Gala; Lima, 2020).

Tabela 2 – Brasil: Índice de preços ao consumidor amplo (1990-2002)

<b>ANO</b>	<b>Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA)</b>
1990	1620,97%
1991	472,72%
1992	1119,09%
1993	2477,15%
1994	916,43%
1995	22,41%
1996	9,57%

1997	5,22%
1998	1,65%
1999	8,94%
2000	5,97%
2001	7,67%
2002	12,53%

Fonte: IBGE ano de 2024

Conforme Bastos; Ferraz (2021), o Plano Real foi eficaz para a estabilização de preços. Esteve acompanhado de reforma administrativa, ajuste fiscal, desestatizações, liberalização do câmbio e do fim dos controles quantitativos de importações e de redução das barreiras de comércio exterior. Dessa maneira, essas medidas estiveram em consonância com a agenda liberalizante implantada pelo governo e, ao mesmo tempo, foram fundamentais para preservar a âncora cambial.

Nesse contexto, foi possível observar uma deterioração das transações correntes nos anos subsequentes à implantação do Plano Real. De acordo com o Almeida (2018) e Filgueiras (2003), a balança comercial Brasileira apresentou no interregno de 1990 a 1994 um *superavit* comercial de US\$ 60,3 bilhões. No entanto, nos quatro anos subsequentes ao plano constatou-se um *déficit* de US\$ 23,7 bilhões de dólares. A balança de serviços (historicamente deficitária) saltou de um saldo negativo de US\$ 70,6 bilhões para US\$ 97 bilhões. Em compensação, as transferências unilaterais partiram de US\$ 8,9 bilhões para US\$ 11 bilhões. No total, o saldo saltou de US\$ -1,4 bilhões para - 109,7 bilhões do Pré-real para o Pós-Real.

Paralelamente, a balança de capitais apresentou crescimento substancial no investimento líquido total, dos empréstimos e financiamentos e nas amortizações entre 1990-1994 e 1995-1998.<sup>7</sup> O investimento líquido cresceu de US\$ 17,4 bilhões nos quatro anos anteriores ao Plano Real para US\$ 61,6 bilhões nos quatro anos subsequentes. Os

<sup>7</sup> “Com a política de juros elevados, o que podemos identificar é que o Brasil inicialmente só atraía investimento de curto prazo, em carteira. Depois tivemos a entrada de investimento estrangeiro direto, mas estimulado pelas privatizações. Um fato interessante é perceber como o investimento em carteira, com a liberalização financeira, tem sua saída muito rápida durante a crise de 1999”. (Gala; Lima, 2020, qual o número da página?)

empréstimos e financiamentos foram ampliados de US\$ 105,4 bilhões para US\$ 151,9 bilhões no mesmo período. Já as amortizações tiveram um incremento mais modesto (2,5%) (Filgueiras, 2003).

O balanço de pagamentos saiu de um *superávit* de US\$ 7,2 bilhões em 1994 para um déficit de US\$ -7,9 bilhões em 1998. Concomitantemente, a dívida líquida do setor público subiu de 30% para 38,9% do PIB. As obrigações permaneceram relativamente estáveis entre os anos de 1994-1997. No entanto, a despesa financeira teve um acréscimo como proporção do PIB nos anos subsequentes a implantação do Plano Real (Araújo; Gentil, 2021).

A abertura comercial e a apreciação da taxa de câmbio contribuíram de forma contumaz para a deterioração das transações correntes do balanço de pagamentos. Paralelamente, a taxa básica de juros dificultava o investimento produtivo e contribuía para o aumento da taxa de desemprego aberto. A taxa básica de juros superou o patamar de 40% em meados do ano de 1997. Nesse sentido, no início de 1999 o banco central promoveu uma desvalorização brusca do real em relação ao dólar, reduzindo o valor das reservas e elevando a dívida líquida do governo. A relação entre a dívida externa de curto prazo e as reservas internacionais ficou bastante estreita nesse período, tornando o país mais vulnerável diante de mudanças no cenário externo (Araújo; Gentil, 2021).

Sob a tutela do FMI e na esteira do colapso do arranjo macroeconômico adotado desde a implantação do plano real, houve uma adaptação do regime de política econômica ao contexto de crise com o intuito de segurar o ímpeto dos grandes agentes econômicos. Dessa maneira, o Banco Central adotou o chamado tripé macroeconômico, fincado no câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Por conseguinte, submeteu o desempenho da demanda agregada às metas de inflação. *Pari passu*, estabeleceu-se uma política fiscal com metas fiscais mais rígidas com o intuito de preservar o valor dos ativos financeiros, não comprometendo a expectativas dos seus portadores (Lopreato, 2006).

De acordo com Filgueiras (2003), a desvalorização do cambial em 1999 foi um aspecto emblemático para a transição da âncora cambial para o tripé macroeconômico. O primeiro consistia na adoção de uma taxa de câmbio em uma faixa de valores pré-determinada, valorizando-a artificialmente. Por conseguinte, houve uma certa estabilização dos preços

dos produtos importados e, ao mesmo tempo, uma diminuição significativa da inflação. Entretanto, ampliou-se a dependência das reservas cambiais e dos fluxos de capitais. Com a fuga de capitais em 1999, adotou-se o câmbio flutuante, ou seja, as variações no câmbio passaram a ser mais constantes.

Apesar da estabilização dos preços, variáveis macroeconômicas importantes como o nível de investimento, carga tributária e desemprego foram impactados pela condução da política econômica no decorrer da década de 1990. A formação bruta de capital que atingira 26,9% em 1989, decresceu para 17,58% no último trimestre do ano de 2000. Concomitantemente, de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego atingiu 8,4%, em 2002, enquanto em 1990, a taxa girava em torno de 4,6%. Já a carga tributária soltou de cerca de 26% em 1995 para 32% em 2002 (Filgueiras, 2003; Gala; Lima, 2020).

Os indicadores mencionados acima estão intrinsecamente vinculados com o fraco desempenho da economia nos anos subsequentes ao plano de estabilização e, simultaneamente, com a preservação dos fundamentos macroeconômicos em voga naquele período. A manutenção da âncora cambial dependia da atração de capital especulativo de curto prazo, que dependia de prêmio de risco superior ao dos países centrais para ser eficaz. Nesse sentido, a preservação da taxa de juros acima das taxas de lucro inibia o investimento produtivo, ampliando o contingente de pessoas desempregadas (Filgueiras, 2003).

Dentro dessa perspectiva de baixo crescimento e de acordos com o FMI, a política econômica colocada em prática a partir dos anos de 1990 representa o aprofundamento do receituário de Washington. Por conseguinte, é uma espécie de “fuga para frente”, já que promove ajustes fiscais permanentes, enquanto os custos sociais e fiscais são ampliados. Essas ações funcionam de forma paliativa, já que adiam a resolução dos problemas do país (Filgueiras, 2003).

Apesar da estabilização dos preços durante a década de 1990, a economia brasileira persistiu com uma média de crescimento abaixo dos níveis observados na década de 1970. Paralelamente, os demais índices macroeconômicos se deterioraram, enquanto houve um processo de equilíbrio inflacionário que se materializou mediante a utilização da âncora cambial em um contexto de eminente liquidez internacionais (Carneiro, 2002).

Paulani (2012) dividiu a inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista mundial em cinco períodos distintos. Nesse sentido, no último período, a partir de meados dos anos de 1990, a autora expõe a associação entre neoliberalismo e financeirização, que foi fundamental para a transformação da economia do país em uma plataforma internacional de valorização financeira. Dessa maneira, os capitais se deslocaram de forma intensa para o Brasil, especialmente, em função das novas circunstâncias.

O novo padrão de acumulação, em meados de 1990, procurou garantir condições e estabilidade, a fim de atrair capitais estrangeiros com o intuito de viabilizar o plano de estabilização, promovendo o país como grande receptor de capitais de curto prazo. Dessa maneira; a flexibilização dos fluxos de capitais, ajustes fiscais permanentes e enrijecimento da política monetária foram fundamentais para preservação da alcunhada âncora cambial. Simultaneamente, o banco central manteve a taxa básica de juros em patamares elevados com o objetivo de oferecer prêmios de riscos superiores aos países centrais, contendo fugas de capitais. (Paulani, 2012; Lapavitsas; Soydan, 2022).

Um outro ponto a ser analisado está associado ao Neoliberalismo e ortodoxia, cujos conceitos são diferentes. Nesse sentido, as políticas de cunho Neoliberal podem ser colocadas em prática mediante políticas de caráter ortodoxo ou heterodoxo, desde que a gestão da política econômica esteja assentada e priorize viabilizar o funcionamento das instituições de mercado. Dessa maneira; itens como liberalização, desregulamentações e abertura financeira foram fundamentais para viabilização do modo de acumulação vigente no país (Carcanholo,2016).

No Brasil, por exemplo, parte substancial das políticas de abertura comercial e financeira foi colocada em prática após o plano real. Embora seja verdade que o governo Collor tenha iniciado a abertura comercial quando não se comprometeu com a proteção da indústria brasileira. Os dois governos posteriores aceleraram o processo de liberalização, sobretudo com a diminuição de tributos sobre os produtos importados e através da redução das restrições para o ingresso de capitais, ampliando ainda mais a vulnerabilidade externa e a fragilidade das finanças públicas (Campedelli, 2015; Castelo, 2017).

De acordo com Boito Jr (2002), o novo regime de acumulação apresenta três prismas básicos: O primeiro está intimamente concatenado com a desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos direitos sociais. O segundo está associado com as privatizações e o terceiro está frontalmente interligado na abertura comercial e financeira. Os três aspectos foram consolidados após o Plano Real e estão plenamente vinculados com os itens presentes no consenso de Washington. Dessa maneira, não modificam a forma de atuação do Estado, mas estão entranhados com o novo modelo de acumulação, que suprime ainda mais a questão coletiva em detrimento das individualidades.

A adoção de reformas nos sistemas de previdência pública, arrocho salarial sobre os servidores públicos e privatizações de empresas públicas fizeram parte de um conjunto de medidas com o intuito de agradar os organismos financeiros internacionais. Simultaneamente, promoveu ampla entrada de capitais através da comercialização de ativos públicos, sobretudo através da venda de empresas estatais. A Vale do Rio Doce, por exemplo, foi privatizada no decorrer da década de 1990 (Filgueiras, 2003).

A própria inserção da economia Brasileira no paradigma de valorização dos ativos financeiros foi fortemente influenciada pela articulação entre sistemas, grupos e classes no âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, a própria estabilização de preços foi obtida mediante um conjunto de práticas associadas com os preceitos presentes nas recomendações das principais instituições financeiras internacionais. A eficácia do plano foi possível mediante a adoção de uma âncora cambial fincada na elevação da taxa de juros e na atração de capitais em uma conjuntura de aumento de liquidez (Teixeira; Pinto, 2012).

O Plano Real não foi apenas um conjunto de instrumentos estabilizadores de preços. Ele foi determinante para transformar a economia brasileira em uma plataforma internacional de valorização financeira internacional, abrindo espaço para uma série de modificações que seriam colocadas em prática durante os dois governos de FHC. Dessa maneira, a manutenção de taxas reais de juros elevadas, a abertura da economia, as privatizações, os ajustes fiscais permanentes e a sobrevalorização do câmbio foram fundamentais para aprofundar o processo de financeirização da economia brasileira (Paulani, 2012).

Segundo Filgueiras (2003) e Teixeira; Pinto (2012), nesse mesmo período observou-se uma elevação das fusões, incorporações e aquisições de empresas públicas, fruto do

processo de privatização e desestatização promovido pelo governo de FHC. A consequência não foi um aumento da transferência de tecnologia ou do financiamento de pesquisa, mas sim a promoção da cultura do acionista, na qual as empresas de capital aberto buscavam cada vez mais obter retornos de curto prazo, a fim de beneficiar os portadores dos ativos financeiros. No caso do setor público, a prioridade era elevar o humor dos portadores de títulos públicos, que se encontram concentrados em sua maioria sob posse das grandes instituições financeiras.

Posteriormente com a desvalorização do real em 1999 e a ausência de reservas para coibir os ataques especulativos, as principais instituições financeiras internacionais recomendavam a adoção de um conjunto de medidas, sob pena de retirar os capitais do país. Dessa maneira, com o intuito de atender esses agentes, adotou-se o tripé macroeconômico. Assim, as flutuações de capitais persistiriam sendo fundamentais para determinação da taxa de câmbio. Por conseguinte, o nível de preços se conectou com as chamadas metas de inflação. Assim como a política fiscal que se tornou cada vez mais central nos debates, sobretudo por causa dos preços dos ativos financeiros (Gomes, 2016).

Em suma, é necessário frisar que o processo de inserção da economia Brasileira está inserido dentro de uma lógica de acumulação capitalista. Apesar da eficácia do plano Real obtida, o Brasil seguiu uma rota com desaceleração do produto interno bruto, aumento da precarização do trabalho e com orçamentos dos entes cada vez mais engessados (para atender os detentores dos ativos financeiros públicos). Ademais, a nova dinâmica do capitalismo foi fundamental para enterrar o antigo padrão de substituição de importações e inaugurar uma nova lógica de acumulação em que os capitais fictícios assumem o protagonismo.



### **3 AS DISPUTAS ENTRE AS FRAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL, A VULNERABILIDADE EXTERNA E A PELEJA DISTRIBUTIVA EM TORNO DA DÍVIDA PÚBLICA**

#### **3.1 AS DISPUTAS NO BLOCO DO PODER DO PADRÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO MLP**

A compreensão do conceito de classe social é fundamental para o entendimento da dinâmica de acumulação produtiva brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho se concentrará na visão Marxista e Marxiana, que atribui um papel central para as classes (e frações) sociais e, concomitantemente, observará suas lutas no campo político, econômico e ideológico.

Os escritos de Marx introduziram o debate sobre classes sociais. Em a Ideologia Alemã, o autor evidencia as lutas entre as classes desde a antiguidade até meados do século XIX, expondo suas contradições e as colocando como motor da história. No entanto, Poulantzas (2019) aprofunda seu conceito para as dimensões históricas, políticas e ideológicas; observando as posições, condições e disputas das classes no interior da sociedade e do Estado (Coutinho, 1992; Pinto, 2010; Marx, 2005; Poulantzas, 2019).

Marx (2005) desenvolveu o materialismo histórico como método, propondo em síntese que o modo social como os seres humanos produzem, determinam as formas de organização política, social e cultural. Dessa maneira, promoveu uma divisão entre infraestrutura e Superestrutura. A primeira está associada as relações entre infraestrutura e superestrutura. Já a segunda é moldada e sustentada pela segunda. Refere-se basicamente aos aspectos relacionados às instituições, paradigmas sociais e aos sistemas políticos.

A constituição de uma determinada classe social não está conjugada apenas com a infraestrutura. Os elementos da superestrutura também estão associados ao processo. Dessa maneira, há uma formação de hierarquias que se refletirão nas relações sociais e, em última instância, a dimensão econômica será determinante e sobressairá sobre as demais. Esse é um dos pontos de encontro entre Poulantzas (2019) e Marx (2005).

Quando se observa aspectos relacionados à dinâmica de classes, é possível constatar heterogeneidade de interesses e práticas entre os segmentos dominantes e dominados. No

modo de produção capitalista, as frações do capital e do trabalho exercem funções produtivas e vinculadas ao processo de circulação. Dentro desse escopo, se constituem frações da burguesia (agrária, comercial, bancária, industrial etc.), que, mesmo estando inseridas em um determinado bloco de poder, apresentam interesses específicos distintos. É importante salientar a existência de várias classes e suas respectivas frações no âmbito do bloco do poder. Nesse sentido, uma delas assume um papel hegemônico na formação social e no Estado capitalista. Faz-se necessário enfatizar também que; apesar da coexistência das diversas classes nas variadas formações sociais, há especificidades em relação ao jogo político nas entranhas do poder do Estado, e há peculiaridades nas relações das classes dominantes e o Estado (Poulantzas, 2019).

Schlesener (2007) aborda os conceitos de hegemonia e bloco histórico de Gramsci. O primeiro está associado a um predomínio das ideias oriundas das classes dominantes que impregnam os grupos dominados. Já o bloco histórico refere-se basicamente a junção dialética entre a infraestrutura e superestrutura. Dessa maneira, explicita que nas relações de hegemonia os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma determinada classe social ocorrem no interior do bloco histórico. Dessa maneira, a classe detentora do poder tem condições de reprimir e disciplinar grupos sociais opositores do seu domínio através dos aparelhos de Estado no novo estágio de desenvolvimento capitalista.

Teixeira e Pinto (2012) também recorrem à leitura de Poulantzas (2019) para explicar a hegemonia de uma determinada fração dentro do bloco do poder. É importante destacar que o bloco do Poder consiste em síntese nas disputas e alianças entre as frações de classe dentro do Estado com o intuito de obter a hegemonia. Segundo os autores, é possível observar a presença de dois tipos de hegemonia: Ampla e Restrita. A primeira ocorre quando a classe ou fração dominante alcança um papel decisivo no processo de acumulação em um determinado momento histórico, abrangendo a sociedade. A segunda ocorre quando a liderança de uma classe ou fração restringe-se à liderança dos interesses econômicos, políticos e ideológicos das frações e classes no bloco no poder.

Dessa maneira, para uma fração de classe dispor de uma hegemonia ampla, necessariamente, precisa dispor de uma hegemonia restrita entre as demais frações anteriormente. Assim, um cenário de correlação de forças favorável dentro do âmbito da

luta de classes dentro da estrutura do Estado não é sinônimo de uma hegemonia no sentido mais amplo de uma determinada fração perante as demais (Teixeira; Pinto, 2012).

Poulantzas (2019) alude ao equívoco cometido por muitos cientistas sociais, que estabelecem a mesma acepção para prática e cena política. De acordo com ele, a prática está associada as ações concretas dos agentes sociais. Por conseguinte, está conectada com as estruturas sociais. Já a cena política é o espaço onde ocorre as lutas políticas e as relações de poder. Assim, terminam limitando as disputas entre as classes com a atuação dos partidos políticos e suas disputas. Por conseguinte, uma determinada fração ou classe pode exercer uma hegemonia restrita no bloco de poder e, simultaneamente, não está organizada organicamente em um partido político. Dessa maneira, a compreensão da prática e da cena está plenamente associada ao entendimento da composição do bloco do poder e, ao mesmo tempo, das interações dos partidos políticos em um dado momento histórico (Pinto, 2010).

Para Teixeira e Pinto (2012) é relevante observar a dinâmica do Estado como instituição a fim de explicar as correlações de força na cena política<sup>8</sup> em uma determinada conjuntura histórica. Nesse sentido, o Estado é o ambiente no qual ocorre as disputas entre as diversas classes e suas frações. Principalmente porque concentra um vasto poder de decisão e uma imensa capacidade de alocar os recursos disponíveis. Assim, é fundamentalmente indispensável na determinação do modelo de acumulação, seja em um contexto de hegemonia ampla ou restrita.

Destarte, não é adequado observar o Estado como uma condensação de uma relação. Nesse sentido, ele não é plenamente manipulável ou subordinado aos interesses de uma classe ou fração dominantes sem um mínimo de autonomia. Também não pode ser visto como uma entidade monolítica. Na verdade, trata-se de um espaço em que se materializa as disputas políticas entre as classes e frações, que apresentam interesses diversos (Poulantzas, 2015).

De acordo com Teixeira e Pinto (2012) é importante ressaltar que os centros de poder do Estado (governo) podem obter uma autonomia relativa em relação às classes dominantes

---

<sup>8</sup> A cena política está associada a interação dos partidos políticos com o Estado. O processo eleitoral pode ser considerado um exemplo bem ilustrativo (Poulantzas, 2019).

em um determinado período. Em algumas conjunturas históricas, o Estado pode apresentar uma permeabilidade maior, possibilitando conquistas sociais e políticas para os grupos dominados, dependendo obviamente da correlação de forças. Assim, o poder político será obtido através das disputas entre as classes. É fundamental enfatizar também que um triunfo eleitoral não é suficiente para obtenção do controle dos centros de Estado. Assim, “um partido político pode ter um triunfo eleitoral”, entretanto não dispor de uma hegemonia ampla sobre as engrenagens do Estado.

Nesse contexto, é necessário enfatizar as discrepâncias nas dinâmicas referentes aos respectivos blocos de poder nos diversos Estados capitalistas. No caso específico do Brasil, é possível identificar uma conexão com a lógica de acumulação internacional e, simultaneamente, perceber suas peculiaridades.

Após a revolução de 1930, houve o rompimento do modelo agroexportador e uma adesão ao modelo de substituição de importações, modificando a configuração do bloco do poder do capitalismo brasileiro. Outrora, a burguesia agroexportadora obtinha uma hegemonia dentro do bloco do poder do capitalismo brasileiro. A crise de 1929 afetou frontalmente as exportações de *commodities*. Dessa maneira, a burguesia industrial nacional ingressou no bloco do poder no Brasil, expurgando sua condição subordinada de outrora (Pinto; Balanco, 2008).

Apesar disso, não houve um alijamento da fração agroindustrial do bloco do poder. É importante destacar que o papel dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, sobretudo diante da lógica de acumulação capitalista, é fornecer produtos de baixo valor agregado, gerando excedentes para os países centrais através da superexploração do trabalho. Nesse sentido, a condição de dependência termina inviabilizando a constituição de um Estado forte e, subsequentemente, a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de promover um desenvolvimento mesmo que tardio (Pinto; Gonçalves, 2016; Filgueiras, 2015).

A utilização de excedentes nos países da periferia foi fundamental para manter os ganhos da classe trabalhadora nos países centrais. Dessa maneira, foi possível identificar uma estabilidade maior, em relação, ao funcionamento da democracia liberal, quando comparada com a realidade do sul global. No Brasil, especificamente, houve uma forte

repressão e coerção sobre a classe trabalhadora, tentativas e rupturas institucionais, renúncias de presidentes e golpes militares (Miguel, 2022; Lins, 2021).

Até a meados da década de 1950, o bloco no poder era composto pelo grande capital industrial (nacional e estatal) e pela aristocracia agrária. A burguesia industrial gozava de hegemonia. No entanto, o capital industrial multinacional passou a integrar o bloco no poder a posteriori e sob a égide da ampliação dos investimentos estrangeiros diretos se tornou hegemônica no bloco do poder, se sobrepondo às demais frações (Pinto; Gonçalves, 2016).

Nesse contexto, há uma subordinação do capital industrial nacional ao grande capital internacional. Dessa maneira, o capital internacional amplia sua inserção no âmbito da atuação dos partidos políticos, nas disputas econômicas entre as classes e, simultaneamente, faz o enfrentamento no seio da estrutura do Estado. Alguns fatos históricos como a desestabilização do segundo governo Vargas, o alinhamento do Plano de Metas e o próprio golpe de 1964 estão amplamente amparados na participação do capital estrangeiro nas disputas pela hegemonia no seio do Estado e da sociedade (Miguel, 2022; Pinto; Gonçalves, 2016).

De acordo com Fernandes (2020), as frações dominantes não cessaram e não tiveram o mínimo pudor para secundarizar seus diferentes interesses em prol de um Estado capaz de viabilizar um *modus operandi* de acumulação, no qual as reivindicações populares fossem abortadas<sup>9</sup>. Nesse sentido, quando se trata de um país periférico como o Brasil, há uma necessidade de gerar excedente sobretudo através da superexploração do trabalho. Assim, as ferramentas de cooptação em prol do provimento de uma democracia liberal burguesa das classes dominantes são ainda mais limitadas quando comparada com os países centrais do capitalismo.

A estagnação da economia brasileira nos primeiros anos da década de 1980 acentuou as querelas distributivas e contribuiu para desfazer a aliança no bloco do poder das frações

---

<sup>9</sup>As disputas que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas e o golpe de 1964 foram alguns eventos históricos em que houve uma articulação das frações dominantes do capital (Internacional, comercial nacional, oligarquias agrárias e capital industrial nacional) com o intuito de frear as reivindicações populares (Pinto e Gonçalves, 2016).

dominantes, iniciada na era desenvolvimentista. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações, as frações da burguesia passaram a defender uma ruptura lenta, gradual e segura com a ditadura empresarial militar, a fim de preservar seus privilégios e, ao mesmo tempo, evitar um motim dos segmentos dominados (Pinto, 2021; Fernandes, 2020).

Em meio ao processo de redemocratização e as críticas às políticas de estatização executadas nos anos anteriores, duas visões predominavam no seio do bloco dominante do poder em meados da década de 1980. A primeira visão defendia um projeto desenvolvimentista, no qual o Estado seria incumbido de ser um planejador e, ao mesmo tempo, capaz de promover a manutenção do modelo de substituição de importação. Já o segundo era compartilhado por uma fração bancário-rentista, portadora de uma visão cosmopolita de país e que buscava integrá-lo ao processo de globalização através de uma ampla abertura comercial e financeira (Filgueiras, 2003).

Os triunfos de Collor e FHC foram fundamentais para implementação do Neoliberalismo em meados dos anos de 1990, promovendo mudanças nas relações de classe e de poder no Brasil. Foi uma espécie de revolução conservadora. A fração industrial interna da burguesia reduziu sua influência política e seu poder econômico e, paralelamente, o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista tiveram um caminho oposto. Concomitantemente, foi possível identificar a expansão de frações da burguesia vinculadas, sobretudo ao setor de serviços (Boito Jr, 2002).

Há assim uma nova configuração no bloco do poder do capitalismo neoliberal brasileiro. O capital financeiro internacional, os grandes grupos financeiros nacionais sobreviventes ao processo de globalização e o capital produtivo transnacional aumentaram suas influências no bloco dominante, exercendo a hegemonia do Estado. Ademais, as outras frações do bloco dominante vinculadas aos latifundiários e a indústrias assumiram um papel subordinado dentro do bloco do poder (Pinto, 2010).

A simbiose entre discurso, prática neoliberal e a financeirização serão fundamentais para transformar a economia Brasileira em uma plataforma internacional de valorização financeira. Há uma clara alteração dentro da estrutura do Bloco do Poder, na qual a fração bancário-financeira assume um papel hegemônico. Dessa maneira, o humor dos detentores

dos títulos públicos passou a ser considerado nos momentos de execução da política econômica (Paulani, 2014).

Pinto e Gonçalves (2016) dissertam sobre o processo histórico antecedente ao Modelo Liberal Periférico e, em seguida, aprofundam a discussão sobre o modelo ascendente a partir de meados da década de 1990. De acordo com eles, há uma nítida dominância financeira no que tange a elaboração, aos resultados das políticas macroeconômicas e na determinação do excedente acumulado da relação capital-trabalho e das outras frações capitalistas. Dessa maneira, as políticas estabilizadoras de preços e o aumento da taxa de lucro das grandes instituições financeiras corroboram com o novo regime de acumulação.

O próprio Banco Central e o ministério da fazenda foram fundamentais para o processo de financeirização e de extração de valor da economia real. Nesse sentido, inicialmente, do regime de âncora cambial e, posteriormente, o tripé macroeconômico foram fundamentais para hegemonia dos detentores dos chamados ativos financeiros. Dessa maneira, a priorização das chamadas metas de inflação, do superávit primário e do câmbio flutuante em relação às políticas de desenvolvimento e de distribuição de renda termina ampliando ainda mais a esfera de poder dessa fração no bloco do poder (Teixeira; Pinto, 2012).

As demais frações da burguesia e parte das camadas médias alinharam-se circunstancialmente ao projeto neoliberal recentemente implementado, apesar do bloco do poder não ser monolítico. Justamente, porque suas frações apresentam interesses heterogêneos. Simultaneamente, é possível observar a cooptação de segmentos de representação da classe trabalhadora, como foi o caso de centrais sindicais (entidades ligadas aos trabalhadores do setor privado). Por conseguinte, o processo de resistência dos outros setores dominados se torna mais árduo (Boito Jr, 2002).

Do ponto de vista das classes dominadas, o Neoliberalismo dificultou seus avanços. Tornou a burguesia Brasileira mais unida e conservadora de um lado. Do outro lado, proporcionou novas divisões políticas no campo da classe trabalhadora, sobretudo mediante a cooptação de grupos representativos dos trabalhadores e através da construção no imaginário de setores. Principalmente, a partir do momento em que as classes dominadas apreendem a consciência burguesa. As classes dominantes foram beneficiadas com as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho, enquanto os

trabalhadores formais e informais ficaram isolados na disputa contrária a agenda Neoliberal<sup>10</sup> (Boito Jr, 2002).

No próprio seio dos grupos organizados da classe trabalhadora foi possível perceber um processo de flexibilização, sobretudo do que tange ao programa econômico. Em “Os sentidos do Lulismo”, Singer (2012) aborda o processo a ascensão do Partido dos Trabalhadores e suas transformações a partir dos anos de 1980. Por conseguinte, o autor observa também a trajetória do seu principal protagonista, Luís Inácio Lula da Silva, no mesmo período.

Miguel (2022) disserta sobre a ascensão de Lula e do PT a partir do fim da ditadura militar e sua relação com as classes dominantes brasileira. Nesse sentido, o PT foi o principal partido representante dos grupos dominados nesse período. Por conseguinte, foi a principal referência no âmbito institucional em relação ao enfrentamento ao novo modelo de acumulação, se colocando como vanguarda da resistência dos trabalhadores organizados.

Boito Jr (2023) estabelece alguns aspectos conceituais referentes a dinâmica de classes e partidária do Brasil a partir de meados da década de 1990 até 2014. Segundo o autor, a disputa entre os dois principais partidos políticos nas eleições presidenciais (PT e PSDB) representou uma antítese entre a fração da burguesia interna e a burguesia associada. Em certa medida, a primeira foi concebida como uma aliança de setores descontentes com aspectos do projeto neoliberal em curso no país. Em compensação, a segunda foi uma associação de um arco de frações da burguesia com o capital estrangeiro.

O Risco-Lula difunde-se com mais facilidade a partir das eleições de 1989, especialmente durante o segundo turno daquele período eleitoral. A candidatura de Fernando Collor de Mello e os principais meios de comunicação do país buscavam relacionar a candidatura de Lula ao caos generalizado. Nesse sentido, enfatizavam que o PT era um ajuntamento de radicais e intransigentes, que aprofundariam ainda mais a espiral inflacionária. Paralelamente, essa retórica conseguiu seduzir setores mais conservadores da sociedade. (Silva, 2006).

---

<sup>10</sup> No decorrer do seu artigo, o autor disserta sobre o alinhamento da Força Sindical às políticas de cunho Neoliberal.



Miguel (2022) expõe as circunstanciais originárias da grande liderança de Lula. Inicialmente, observado com uma certa simpatia pelos militares, principalmente, porque sua ascensão inevitavelmente promoveria uma divisão com outras lideranças do seio das classes dominadas como foi o caso de Leonel Brizola. Posteriormente, a partir das eleições de 1989 e a posterior financeirização da economia brasileira no decorrer dos anos de 1990, foi possível observar uma divergência entre a manutenção dos fundamentos macroeconômicos e o risco Lula PT (Paulani, 2014).

Em suma, é possível inferir que a reestruturação produtiva vigente na década de 1990 foi fundamental para o estabelecimento de um novo papel da fração bancário-financeira no bloco do poder do capitalismo brasileiro. A transformação do país em uma plataforma de acumulação financeira durante a adoção de políticas liberais impactou na dinâmica de segmentos da burguesia como no comportamento de setores referentes ao trabalho. Por conseguinte, foi possível observar uma hegemonia da fração Financeira. Dessa forma, a própria condução da política macroeconômica e o conjunto de reformas vigentes nesse período tiveram uma conexão íntima com os interesses da burguesia cosmopolita.

### 3.2 MODELO LIBERAL PERIFÉRICO: SUAS IMPLICAÇÕES PARA A VULNERABILIDADE EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA

A última década do século XX foi marcada pelo aprofundamento da liberalização produtiva, comercial e financeira. Também foi observada nesse mesmo período uma transformação na estrutura produtiva, um novo *modus operandi* de intervenção do Estado e um aumento da fragilidade externa da economia brasileira.

Casseb (2016) disserta sobre a nova inserção externa da economia brasileira, se atentando para os seus fatores. A primeira ocorre em função da consolidação da globalização financeira através da flexibilização dos fluxos de capitais, do aumento do nível de liquidez no mercado internacional e da ascensão das economias asiáticas. Enquanto o segundo está plenamente associado ao foco nas políticas de metas de inflação, que permite uma interpretação de alinhamento aos dogmas presentes no chamado Consenso de Washington.

O Modelo Liberal Periférico se constituiu a partir do esgotamento do modelo de substituição de importações, manifestado através da escalada do processo inflacionário e

da crise da dívida dos países da América do Sul. Dessa maneira, o novo padrão de acumulação consistiu mediante abertura comercial, financeira e através de uma evidente hegemonia do capital financeiro em relação as demais frações da burguesia (Pinto; Gonçalves, 2016).

Nessa perspectiva, a adoção do Modelo Liberal Periférico propiciou uma mudança substantiva no padrão de acumulação, modificando estruturalmente as relações sociais de produção, as forças produtivas e a superestrutura do Brasil a partir dos anos de 1990. Por conseguinte, foi possível observar as transformações relacionadas a inserção externa, bloco no poder, estrutura produtiva, ampliando a vulnerabilidade externa brasileira (Filgueiras, 2015).

Gonçalves e outros (2009) argumentam sobre a existência de níveis de vulnerabilidade externa dos países da América Latina. Dessa maneira, utilizaram o índice proposto de vulnerabilidade externa estrutural (IVE) com o intuito de identificar os diversos níveis de fragilidade externa de cada país, observando suas vulnerabilidades estruturais e conjunturais. Ademais, ressaltam suas diferenças no que tange as estruturas produtivas e suas respectivas disposições para superar suas fragilidades estruturais nesse novo panorama de acumulação de capitalismo.

No caso do Brasil, há um debate sobre a relação do Modelo Liberal Periférico com o processo de desindustrialização relativa que perdura desde a última década do século XX. Embora exista um consenso entre os economistas Liberais e Desenvolvimentistas sobre a diminuição da participação da indústria no produto interno bruto, sobretudo a partir do processo de abertura comercial e financeira, há divergências quanto ao nível de desindustrialização e da adoção de um modelo planejado de substituição de importações (Casseb, 2016).

Economistas de viés Liberal, Bonelli; Pessoa (2010) responsabilizam o Modelo de Substituição de Importações pelo agravamento da inflação no final dos anos de 1980. Dessa maneira, recorrem a teoria das vantagens comparativas e exaltam que a liberalização da economia expurgou o caráter “anômalo” dos resultados obtidos nas décadas anteriores. Já que, segundo eles, os chamados incentivos governamentais dificultam a identificação da

eficiência alocativa, desestimulando outros setores. Paralelamente, ainda relativizam o processo de desindustrialização, apontando para o caráter irreversível desse processo.

Apesar da tentativa de descolamento do receituário do Consenso de Washington, o novo desenvolvimentismo proposto por Bresser Pereira defende a adoção de um câmbio de equilíbrio capaz de tornar os produtos manufaturados nacionais mais competitivos. Paralelamente, também recomenda a necessidade de adoção de superávits como ferramenta vital, já que segundo ele, é importante preservar a confiança dos agentes econômicos em um país de dívida pública elevada (Bresser, 2005).

Embora tente se colocar em uma posição entre os economistas Liberais-ortodoxos e os Keynesianos, Bresser-Pereira não expurga a crença dos agentes racionais. Principalmente, quando observada a correlação sobre suas expectativas frente ao nível de alavancagem do Estado. Paralelamente, defende a adoção de um câmbio não populista, no intuito de tornar os produtos manufaturados produzidos no país mais competitivos, gerando uma redução dos salários reais (Bresser, 2005).

Carcanholo (2014) faz um apanhado histórico da relação de dependência dos países da América Latina, embora reconheça suas diferenças históricas, sociais e estruturais. De acordo com o autor, apesar do Brasil ter a maior economia da região, exercendo um subimperialismo, não deixa de estar em uma condição de dependência. Especialmente, quando está inserido em uma lógica de acumulação do capitalismo e no seu papel na divisão internacional do trabalho.

Seu trabalho faz críticas a alternativa Neoclássica e ao Novo desenvolvimentismo, afirmando que ambas não são capazes de superar as vulnerabilidades externas da economia brasileira. Enquanto Bonelli e Pessoa (2010) acreditam que a abertura econômica e financeira representa uma ampliação da inserção externa da economia brasileira, Carcanholo (2014) e Casseb (2016) reforçam os impactos do processo de reprimarização das forças produtivas, sobretudo com o aumento da participação dos produtos primários na pauta de exportações do país.

Dessa maneira, a ampliação da especialização produtiva, cada vez mais centrada na exportação de *commodities* e de produtos industriais de baixa e média intensidade

tecnológica ampliou ainda mais a condição de dependência na nova divisão internacional do trabalho. Assim, a capacidade do Estado Nacional de viabilizar o desenvolvimento planejado diminui à medida que há um aumento da restrição financeira e uma diminuição do nível de autonomia (Gonçalves et al., 2009).

Carcanholo (2014), acredita que a compreensão das causas da vulnerabilidade externa perpassa por uma aproximação da economia com os diversos campos das ciências humanas e sociais. Nessa perspectiva, critica a abordagem da economia convencional, que muitas vezes limita sua abordagem de uma dada realidade a dados estatísticos e matemáticos, deixando de observar os eventos históricos ou aspectos *sui generis* de uma determinada região.

Dessa forma, não é possível compreender a vulnerabilidade externa Brasileira e dos países da América Latina sem compreender a condição de subordinação da economia brasileira à lógica de acumulação capitalista. Nesse sentido, a própria condição de colônia, perpassando pela obtenção da emancipação política, chegando até a industrialização tardia, estão inseridos dentro de uma lógica de dependência frente aos grandes centros do capitalismo (Carcanholo, 2014; Prado Jr, 2012).

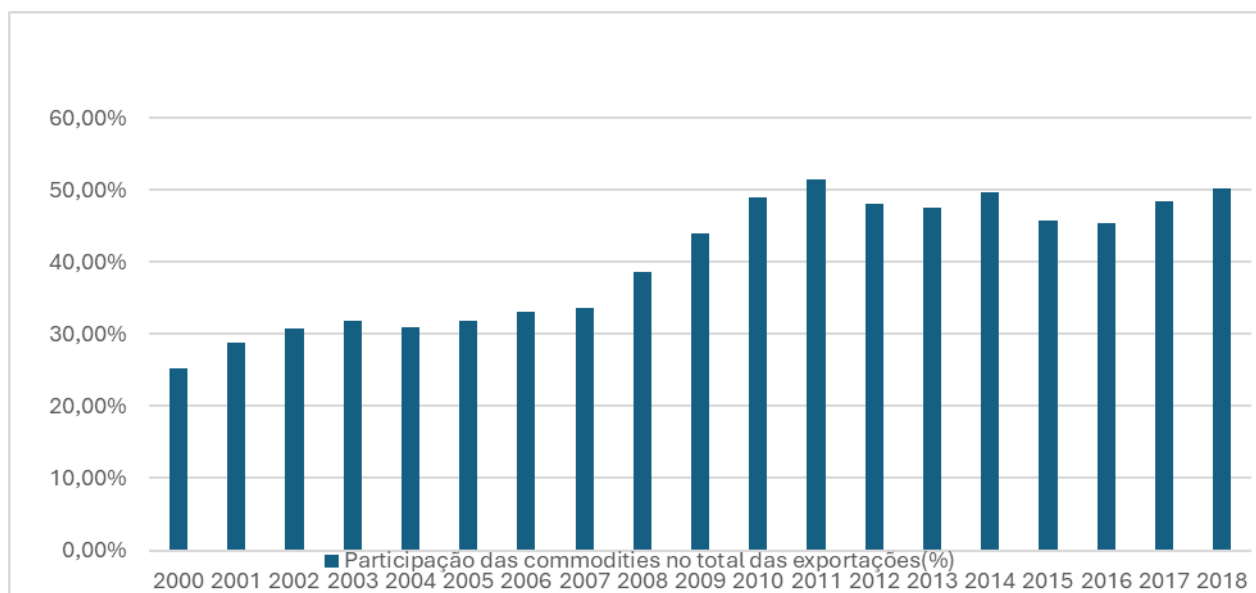
No entanto, o Modelo Liberal Periférico não significou uma singela modificação de caráter conjuntural. Representou uma transformação estrutural na composição da infraestrutura do país, estabelecendo uma nova composição das estruturas produtivas, modificando as relações intercapitalistas e o *modus operandi* de atuação do Estado. Dessa maneira, foi possível identificar o aprofundamento da dependência dos países periféricos perante os centrais (Filgueiras, 2015).

Apesar do nível de dependência dos países da América Latina não se manifestar homogeneamente, faz-se necessário expor seu papel na dinâmica de acumulação, uma vez que esta é marcada pelo envio de parte do valor produzido internamente para os países centrais do capitalismo através das chamadas trocas desiguais. Embora apresentem discrepâncias nos níveis de produtividade, a superexploração da força de trabalho nos países periféricos é indispensável para a proficuidade da manutenção das taxas de lucros nos países centrais do capitalismo (Carcanholo, 2014).

Bresser (2005) defende um caminho para o desenvolvimento. Por conseguinte, sugere a aplicação de um câmbio de equilíbrio com o intuito de promover o setor de bens manufaturados, diminuindo a dependência da chamada doença Holandesa<sup>11</sup>. No entanto, a adoção desse mecanismo causaria uma desvalorização dos salários reais e uma posterior valorização a partir dos ganhos de produtividade da economia. Entretanto, é importante enfatizar o impacto da redução dos salários reais no mercado interno de um país continental, principalmente porque o consumo das famílias representa o principal vetor de crescimento do PIB, segundo o IBGE.

Diferentemente da abordagem estruturalista de Bresser (2018) e Carcanholo (2014) observa na sua análise que a dinâmica de globalização e de avanço da reestruturação produtiva ampliou o nível de dependência dos países periféricos, fragilizando suas contas externas. Dessa maneira, um projeto de desenvolvimento que não rompa com a dependência e com os preceitos neoliberais, fincados na superexploração do trabalho, é apenas uma “roupagem nova” desse projeto (Bresser, 2005).

Gráfico 2 - Participação dos principais produtos primários na pauta de exportações em % (2000 -2018)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Valor econômico; Secretária de Comércio exterior (2018)

<sup>11</sup> A doença holandesa está associada aos efeitos que as receitas de um setor específico ligado à exportação de recursos naturais podem ter sobre as contas externas. Nesse sentido, o aumento dos preços dos bens primários nos países periféricos pode contribuir para uma apreciação do câmbio.

Nesse sentido, no fim da década de 1990 a participação de sete produtos primários representava um quarto das exportações brasileiras. Dessa maneira, o complexo soja, os óleos brutos de petróleo, minério de ferro, complexo de carnes, celulose, açúcar e o café ampliaram seu protagonismo na pauta de exportações, reduzindo sua diversificação de produtos exportados. Inclusive, em 2018, a participação desses setores representava a maior parte da pauta de exportações do país. (Gráfico 2).

Paralelamente o gráfico 1 evidencia uma diminuição da participação da indústria de transformação no PIB a partir da década de 1990. O processo de abertura comercial e financeira foram fundamentais para ampliar a concorrência com as empresas brasileiras, que não estavam preparadas para disputar o mercado local com instituições providas de maior domínio tecnológico, especialmente no setor industrial. Nesse sentido, foi possível identificar a integração da economia brasileira ao processo de globalização e, ao mesmo tempo, um aumento da participação do capital estrangeiro que terminou ampliando mais ainda a dependência em relação as cadeias produtivas estrangeiras. (Filgueiras, 2003).

A adoção da âncora cambial reduziu a participação da indústria no PIB. A necessidade de oferecer prêmios de riscos superiores aos dos países centrais possibilitou a instituição de taxas de juros acima da média internacional e, uma apreciação do câmbio. Dessa maneira, foi possível observar um estímulo às importações e, um aumento da concorrência no setor de manufaturas. Por conseguinte, empresas públicas brasileiras foram privatizadas, enquanto as entidades privadas passaram por um amplo processo de desnacionalização através da compra de parte ou do total do seu capital (Carneiro, 2002).

Nesse sentido, foi possível identificar um amplo processo de privatizações e desnacionalizações em setores estratégicos da economia brasileira. Por conseguinte, foi possível observar a venda de empresas ligadas aos setores siderúrgicos, petroquímicos, de fertilizantes, elétrico, ferroviário, de mineração, portuário e financeiro. É importante destacar que a maior parte da comercialização desses ativos ocorreu a partir do governo de FHC. (Filgueiras, 2003).

Mesmo posteriormente ao fim da âncora cambial e introdução do tripé macroeconômico nos governos posteriores não amenizaram a dependência da atração dos fluxos de capitais especulativos com o intuito de evitar uma desvalorização substantiva do câmbio. Com os

déficits nas transações correntes no decorrer dos anos de 1990, a necessidade de atração de capitais especulativos ficou mais latente nesse período. E paralelamente, o ciclo de liquidez favorável, a partir de meados da década de 1990, foi fundamental para ampliar os fluxos de capitais nos países periféricos e da América Latina, ampliando suas respectivas dependências (Filgueiras,2003).

Em suma, é possível perceber os efeitos da reestruturação produtiva na economia brasileira. Dessa maneira, o país ingressou em uma trajetória de desindustrialização, elevação da participação do setor primário na produção total e aumento da vulnerabilidade externa. Por conseguinte, foi possível observar um aumento da especialização produtiva do país e o aumento da dependência de fluxos de capitais especulativos, sobretudo após a efetivação do Plano Real.

### 3.3 DÍVIDA PÚBLICA: A PRESENÇA DE AJUSTES FISCAIS E A PELEJA DISTRIBUTIVA

As finanças públicas brasileiras costumeiramente são alvos de ajustes fiscais no decorrer dos anos. Algumas vezes pelo lado do gasto e da receita ou através do aumento da dívida interna e da decretação de moratória. Os economistas mais identificados com os preceitos da ortodoxia sempre priorizaram a despesa como objeto central de ajustamento das contas públicas. No entanto, os economistas mais heterodoxos são rotulados pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira como desprovidos de compromisso com a austeridade e com a tão falada responsabilidade fiscal (Avila, 2015).

A crise da dívida dos países periféricos e o esgotamento do padrão de substituição de importações fortaleceu o discurso dos defensores da nova teoria quantitativa da moeda. As próprias instituições financeiras internacionais passaram a defender a adoção de acordos políticos e econômicos com o intuito de possibilitar o reembolso dos empréstimos realizados nas décadas anteriores para os países periféricos (Filgueiras, 2003).

De acordo com Carcanholo (2016), o receituário dos economistas convencionais utiliza o argumento de que a instabilidade macroeconômica está associada ao excesso de gastos públicos sem um amparo da capacidade produtiva para ampliar o nível de oferta. Dessa maneira, os constantes desequilíbrios orçamentários com a elevação da dívida pública são

vitais para um processo de desestabilização, impactando sobremaneira as expectativas dos chamados agentes econômicos.

As grandes instituições financeiras nacionais e internacionais ressaltam a necessidade de geração de superávits orçamentários do governo. Inclusive, um dos itens recomendados pelo alcunhado Consenso de Washington é a adoção de uma rígida disciplina fiscal. No caso do Brasil, os economistas de viés liberal e os grandes veículos de imprensa reforçam diuturnamente a necessidade de adoção de *superávits* primários. No entanto, as despesas e receitas financeiras são relegadas do primeiro plano, enquanto as despesas primárias são evidenciadas frequentemente para a população (Ávila, 2015).

De acordo com Ávila (2015), há uma omissão de informação em relação às despesas de natureza financeira e, paradoxalmente, uma difusão de informações associadas aos gastos sociais. Nesse sentido, os gastos com juros, amortização da dívida e os eventuais lucros do Banco Central são retirados do centro do debate. Destarte, as despesas com saúde, educação, moradia, previdência e com os servidores públicos são colocadas no epicentro do debate, gerando uma espécie de rebaixamento no nível das discussões.

Os economistas de viés liberal responsabilizam o desempenho do setor público pelo desequilíbrio interno e externo da economia. Argumentam que a deterioração das contas públicas e do balanço de pagamentos são fundamentais para a majoração das taxas de juros. Principalmente, porque a elevação da dívida pública gera uma despoupança e, ao mesmo tempo, promove um aumento do seu custo. Dessa maneira, geralmente defendem cortes de despesas com o intuito de estabilizar o crescimento da dívida pública (Carcanholo, 2016).

Carcanholo (2016) apresenta um contraponto em relação aos economistas Liberais. Segundo o autor, não é a dívida pública que determina o elevado patamar da taxa de juros do país, mas é a segunda que contribui para o aprofundamento da primeira. Dois pontos são fundamentais para compreensão desse aspecto: a correção do estoque da dívida e os constantes ajustes fiscais. Nesse contexto, as despesas com os encargos da dívida promovem sua elevação, já que os títulos públicos estão indexados à taxa básica de juros.



Já os cortes dos gastos primários são fundamentais para a preservação dos preços dos ativos financeiros.

Em “Aspectos políticos do pleno Emprego”, Kalecki (1943) disserta sobre os aspectos causadores da oposição dos industriais às medidas de estímulo a demanda agregada através da expansão do gasto público. Além dos aspectos políticos que culminam no aumento da “insubordinação” dos trabalhadores, há também a antipatia pelo governo, quando este promove uma política em prol do pleno emprego.

A partir do momento que o governo interfere através do gasto público, a fim de estimular a demanda agregada, esses capitalistas perdem “o monopólio da confiança”. Embora Kalecki (1943) faça uma explanação sobre o comportamento da fração industrial, é possível estabelecer uma conexão com as interações das frações industriais e bancário-financeira durante o período de aplicação do Neoliberalismo no Brasil. Apesar de refratária à política de juros e à abertura comercial indiscriminada, a burguesia industrial acolheu o receituário de austeridade fiscal e de flexibilização da legislação trabalhista no decorrer dos anos de 1990. Justamente, com o intuito de manter sua taxa de lucro e manter a disciplina dos trabalhadores em um país de elevado exército industrial de reserva (Boito Jr, 2002).

Segundo Castelo (2017), no caso do manejo do orçamento é possível observar uma disputa pelos rumos do orçamento. Por conseguinte, parte substantiva das despesas estava inserida em um catatau de renúncias fiscais e pagamento de juros da dívida pública. Nessa perspectiva, os ditos especialistas da grande mídia agem de forma seletiva, a partir do momento em que omitem sobre as despesas financeiras do debate.

Paralelamente, enfatizam a necessidade de adoção de superávits primários, tomando como premissa a diminuição de investimentos nas áreas sociais que impactam nos direitos dos grupos dominados da sociedade. Os próprios paradigmas da constituição social-democrata de 1988 que almejam preservar e expandir os direitos sociais mínimos entram em rota de colisão com a necessidade de geração de excedentes para atender os anseios dos detentores dos títulos públicos (Ávila, 2015).

Schwartzman (2018) criticou o argumento de Ciro Gomes e de alguns economistas que defendem a auditoria da dívida de que metade do orçamento executado têm como

destinação o pagamento de juros e amortização da dívida. Nesse sentido, afirma que o governo gastou aproximadamente 20% dos gastos das três esferas de governo com juros, enquanto o total de gastos ficou em R\$ 3,1 trilhões em 2017. Entretanto, o autor termina não esmiuçando os gastos primários e as renunciáveis fiscais no seu texto.

Dentro dessa perspectiva, os economistas mais alinhados a ortodoxia geralmente colocam as despesas primárias com pessoal e previdência social no epicentro do debate em relação a eficácia de um ajuste fiscal. Por conseguinte, omitem ou não enfatizam os impactos das políticas monetárias do banco central para a deterioração das contas públicas e aumento da dívida pública. Além disso, não há um detalhamento no que tange aos gastos com os servidores públicos e com a previdência, gerando uma visão limitada e distorcida da realidade. (Filgueiras,2015).

De acordo com Carcanholo (2016), a taxa de juros é um componente fundamental para o crescimento da dívida pública. Nesse sentido, como as taxas de juros são superiores à média de crescimento do PIB, faz-se necessário promover *superávits* primários robustos, segundo os economistas convencionais. No entanto, a tarefa de redução das taxas de juros reais não é simples, ou seja, não basta apenas o banco central ter apenas “vontade política”. Dois fatores inibem a vontade política, segundo o presente autor. O primeiro está associado ao impacto na oferta, já que o nível de investimento é deprimido, ou seja, o crescimento da economia termina se esbarrando na capacidade produtiva. Já o segundo, está associado a uma possível fuga de capitais, o que amplia a necessidade de restrição dos seus fluxos.

Além dos dois aspectos mencionados acima, a introdução do Modelo Liberal Periférico em meados da década de 1990, proporcionou a hegemonia da fração bancário-rentista no bloco do poder do capitalismo brasileiro. A supremacia dessa fração é hegemônica dentro da elaboração e manuseamento das políticas econômicas operadas pelo Estado ampliado e pelos seus principais aparelhos coercitivos (Castelo, 2017).

Rocha, Ravel e Câmara (2017) analisam a hegemonia das frações bancário-financeira que se fazem presentes nos marcos estratégicos da política econômica estatal do país. Utilizam o caso específico do Banco Central. Segundo eles, é possível identificar algum tipo de vínculo dos seus presidentes e ex-presidentes com o setor financeiro. Seus membros

geralmente são egressos de instituições financeiras, que vão trabalhar nas instituições do Estado e, quando saem delas, retornam para o setor privado e estabelecem a chamada porta giratória. Nesse sentido, desde o governo de Sarney até o governo Temer, todos os dirigentes tinham ou passaram a ter algum vínculo com essas instituições, exceto Alexandre Tombini.

Além da política monetária restritiva, é possível observar a defesa e aplicação de ajustes fiscais permanentes em um contexto de hegemonia da fração bancário-financeira no bloco do poder no Brasil. Nesse sentido, o ingresso do país no padrão Liberal Periférico foi crucial para a perda de capacidade de promoção de políticas macroeconômicas e industriais, principalmente, após o processo de abertura financeira, nos contextos de âncora cambial e tripé macroeconômico. (Filgueiras, 2015).

De acordo com Boito Jr (2002) as políticas de ajustes fiscais permanentes e os juros básicos elevados são vitais para viabilizar a acumulação da burguesia bancário-financeira. Há, assim a existência de uma hegemonia regressiva (não assentada na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora). Dessa maneira, os segmentos populares foram impactados através da redução de direitos e da precarização dos serviços públicos, que estavam coadunados com a presença de ajustes fiscais permanentes com o intuito de manter os preços dos títulos públicos e dos chamados ativos financeiros.

A implantação do padrão Liberal Periférico foi fundamental para promover a ascensão da burguesia bancário-financeira no bloco do poder do capitalismo brasileiro. Concomitantemente, os grupos dominados permaneceram à margem do orçamento e são os mais penalizados quando os governos promovem seus ajustes fiscais recessivos, justamente porque dependem da prestação dos serviços públicos. Já as frações da grande burguesia se apropriam de parcela significativa do orçamento através dos superávits, das renúncias fiscais e dos financiamentos (Filgueiras 2015; Castelo, 2017).

De acordo com Carvalho (2018) é possível observar um contingente considerável do orçamento através de renúncias fiscais que terminam beneficiando um grupo seletivo da sociedade brasileira. Por conseguinte, é possível observar que alguns setores como o agronegócio, instituições financeiras e a própria zona Franca de Manaus são as principais beneficiadas com as isenções fiscais (Salvador, 2016).

Dessa maneira, a implantação do Neoliberalismo ampliou ainda mais a regressividade do regime tributário vigente no país. Entre 1995-2004, a carga tributária saltou de 27% para 33%. No entanto, as principais fontes de receitas são oriundas de tributos indiretos, nos quais estão inseridos os bens e serviços de consumo. Obviamente, as pessoas com a menor renda são as mais prejudicadas. Justamente, porque quanto menor a renda, maior a propensão para consumi-la. No caso do Brasil, os tributos indiretos sobre o consumo representam aproximadamente metade da arrecadação tributária do país. Enquanto, os tributos com a renda, propriedade e as transações financeiras atingem quase 24% da arrecadação fiscal.

Paradoxalmente, os países membros da OCDE arrecadam aproximadamente 2/3 das suas receitas tributárias oriundas da renda e do patrimônio, enquanto no Brasil a realidade é diametralmente oposta. Nesse sentido, os Imposto sobre Propriedade Predial e territorial urbana e o Imposto Territorial Rural dispõem de uma progressividade mínima, quando comparado com os países capitalistas centrais. Paralelamente, o imposto sobre herança e doações, conhecido como ITCMD, dispõe de uma alíquota máxima de 8%, bem abaixo da média, quando comparado com os mesmos países. Além disso, parte dos ganhos de capitais são isentos no Brasil (Salvador, 2016).

Nesse sentido, os privilégios tributários para as grandes corporações e as despesas com juros e amortização da dívida são retiradas dos holofotes dos grandes meios de comunicação, enquanto os investimentos nas áreas sociais são veiculados diuturnamente. Assim, do ponto de vista estrutural, o Estado brasileiro segue tendo um papel central para manutenção do elevado nível de desigualdade de renda e patrimonial. Principalmente, quando mantém uma estrutura tributária regressiva intacta e prestigia os detentores dos títulos financeiros através da remuneração dos ativos financeiros. Simultaneamente, os investimentos sociais sofrem contração ou seguem subfinanciados (Ávila, 2015; Ávila; Fattorelli, 2023).

Rossi (2024) disserta sobre as disputas dentro da esfera do Estado entre duas agendas Uma agenda liderada pela fração-financeira da burguesia, que buscava priorizar os interesses dos detentores dos chamados ativos financeiros e garantir as taxas de lucro dos principais das demais frações da burguesia. Enquanto a outra agenda está associada aos grupos dominados que propõem uma agenda associada ao desenvolvimento e a inclusão. Nesse

sentido, desde os anos de 1990 é possível observar esse amplo processo de disputa que polariza a sociedade brasileira.

Em linhas gerais, é possível constatar um componente de disputa distributiva dentro da estrutura da sociedade Brasileira e na esteira do Estado. Nesse sentido, o componente dívida pública segue sendo alvo de disputas entre as frações pertencentes ao bloco do poder do capitalismo brasileiro e dos grupos dominados. Assim também como o manejo do orçamento e as diretrizes macroeconômicas do governo.

## **4 A ENCRUZILHADA DA ECONOMIA E O CONSENSO DE WASHINGTON, O TRANSFORMISMO DO PT E O RISCO LULA**

### **4.1 A ENCRUZILHADA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O CONSENSO DE WASHINGTON**

Teixeira e Pinto (2012) utilizam o conceito de afinidades eletivas com o intuito de explicar a encruzilhada entre a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Faletto (1975) e o conceito de afinidades eletivas de Marx Weber para explicar acerca do advento do Neoliberalismo no Brasil. Nesse sentido, pode-se dizer que a afinidade eletiva consiste em um ponto de encontro de duas transformações, que interagem de forma dialética e simbiótica em uma determinada conjuntura histórica. Embora o artigo aborde as condições que antecederam o processo de implementação do Modelo Liberal no Brasil, é possível transcender o conteúdo da sua discussão para entender esse mesmo processo em outros países periféricos, principalmente, quando se observa o esgotamento dos modelos de substituição de importações nos países da periferia e a derrota das experiências de Socialismo Real no Leste Europeu

A crise no Padrão de Substituição de Importações nos países da América Latina contribuiu para o advento dos preceitos do Consenso de Washigton. É importante destacar que as políticas liberalizantes começaram a ser colocadas em prática a partir da crise do modelo fordista nos países centrais do capitalismo. Em compensação, a crise da dívida e posterior elevação da inflação contribuíram para o esgotamento do padrão de acumulação nos países periféricos naquele período. (Filgueiras, 2003).

Paradoxalmente, enquanto os economistas de cunho liberal responsabilizavam a atuação do Estado como indutor do crescimento econômico, o colapso da URSS e a tentativa de dosagem da pílula Neoliberal nos países centrais dificultavam a resistência ao conjunto de reformas conservadoras. Nesse sentido, os governos de hegemonia mais conservadora aderiam de forma contumaz aos preceitos e recomendações das grandes instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) ampliando a supremacia do mercado diante do Estado (Filgueiras, 2003).

De acordo com Batista (1994) e Filgueiras (2003) o Consenso de Washington emergiu no início da década de 1980 como uma cartilha de recomendações de políticas de cunho Neoliberal para as economias periféricas. A partir de uma orientação explicitamente ideológica, ressalta as ações das forças do mercado, defendendo uma nova modalidade de atuação do Estado no domínio econômico.

Bresser (1991) recorre aos dez itens formulados por Williamson para descrever os pressupostos presentes no chamado Consenso de Washington. De acordo com o autor, essas medidas comungavam com os preceitos estabelecidos na dependência-associada. Dessa maneira, a adoção desse conjunto de medidas seria fundamental para o controle de preços e para um processo duradouro de estabilidade dos indicadores macroeconômicos, proporcionando um ciclo longínquo de crescimento econômico.

O consenso de Washington é constituído de dez reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (Bresser, 1991).

Bresser (1991) aborda dois diagnósticos para a crise do modelo de substituição de importações: aquele expressado pelos economistas liberais adeptos dos itens presentes no Consenso de Washington e um alternativo. De acordo com os primeiros, o déficit público foi um dos grandes responsáveis pela espiral inflacionária e subsequente esgotamento do modelo de substituição de importações. O segundo amplia o conceito déficit público, analisando o comportamento dos componentes das transações correntes. Por conseguinte, observa que o Estado não foi assertivo no que tange ao estabelecimento de um projeto nacional de desenvolvimento, especialmente ao sustentar o modelo de substituição de importações.

Embora Bresser (1991) tente se desvencilhar do itinerário do Consenso de Washigton adotando uma posição intermediária, termina acolhendo alguns itens como a defesa das privatizações e a chamada rigidez fiscal. De fato, o autor amplia o conceito de *déficit* público, quando não se limita a observar os chamados *superávits* primários (como muitos economistas Liberais). Por conseguinte, analisa o comportamento das transações correntes do setor público e das despesas financeiras. Entretanto, termina prestigiando o Mercado diante do Estado, quando propõe uma ação corretiva do segundo, em relação, ao primeiro. Um dos problemas do consenso de Washington está associado ao diagnóstico homogêneo em relação ao conjunto de políticas a serem adotadas nos países com o intuito de promover ou expandir suas estruturas produtivas e sociais. Dessa maneira, aspectos históricos, geográficos, sociais, de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção dos países são olvidados do epicentro do debate. Assim, as diferenças nas estruturais internas e na inserção externa são colocados em segundo plano (Batista, 1994).

De acordo com Fine (2003), os resultados obtidos pelas políticas recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial não estavam concatenados com os objetivos. Por conseguinte, não lograram o desenvolvimento econômico de médio e longo prazo. Paralelamente, a adesão dos países periféricos à abertura comercial e financeira ampliou a vulnerabilidade diante dos chamados choques externos. Inclusive, diante dos sucessivos choques, alguns dos proeminentes membros<sup>12</sup> dessas instituições financeiras passaram a defender um Novo Consenso de Washington.

Obviamente, a condição subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e seu nível de dependência não podem ser desprezados quando se observa o fracasso do Padrão de Substituição de Importações. Dessa maneira, o fim do acordo de Bretton Woods e a diminuição no nível de liquidez internacional impactaram sua engrenagem, justamente porque um dos seus motores está assentado no investimento externo (Filgueiras, 2015).

Batista (1994) observou o aspecto imperialista presente no Consenso de Washington. De acordo com ele, embora os tecnocratas que participaram da sua elaboração tenham algum

---

<sup>12</sup>Josep Stiglitz passou a questionar os preceitos do Consenso de Washington após a crise da Rússia em 1998 (Fine, 2003).



tipo de vínculo com as Universidades Norte-Americanas, é possível inferir que os EUA não aderiram às recomendações. Contrariamente, promoveu políticas de estímulos fiscais consideráveis no seu complexo militar durante o Governo de Ronald Reagan.

No caso específico da economia brasileira e dos países da América Latina, foi possível observar a ascensão das ideias de cunho Neoliberais com o esgotamento do Padrão de Substituição de Importações em meados da década 1980. Com a retração do crescimento econômico (quando comparado com a década anterior) e aceleração da inflação; os itens presentes no Consenso de Washington ganhavam espaço na direita, no centro e até em setores da esquerda (Batista, 1994).

Também foi possível identificar um aumento da vulnerabilidade externa a partir da abertura financeira e comercial. De fato, o Plano Real foi eficaz na estabilização dos preços. Entretanto, a necessidade de manutenção da âncora cambial com o intuito de promover a atração de capitais especulativos evitou um descolamento da taxa de câmbio e um subsequente aumento de preços. Por conseguinte, foi fundamental também para a deterioração da conta corrente em uma conjuntura marcada pela hipertrofia da burguesia financeira (Filgueiras, 2003).

De acordo com Carneiro (2002), a manutenção da âncora cambial ficou ameaçada pelas crises econômicas dos outros países emergentes. Por conseguinte, foi possível observar ataques especulativos. No Brasil, após o fim das eleições de 1998 houve uma depreciação do câmbio. Após quedas de presidentes do Banco Central, a equipe econômica estabeleceu o chamado tripé macroeconômico (meta de inflação, superávit primário e o câmbio flutuante) com o intuito de conter a instabilidade no câmbio.

Nas eleições presidenciais de 2002 o favoritismo da candidatura de Lula foi fundamental para a depreciação do câmbio naquele ano. Obviamente, a crise da Argentina em 2001 e o acirramento das tensões no Oriente Médio após o 11 de setembro foram relevantes para o aumento da instabilidade global. Entretanto, “o risco Lula” também contribuiu para a elevação do câmbio e do risco Brasil, exatamente porque a fração financeira da burguesia brasileira temia eventuais modificações na lógica de acumulação em vigor (Filgueiras, 2003).

Como se sabe, apesar das críticas ao modelo econômico em vigor desde os anos de 1990, a candidatura Lula em 2002 operou um recuo significativo quando publicou uma Carta ao Povo brasileiro se comprometendo a cumprir os contratos estabelecidos e a manter o tripé macroeconômico em um eventual governo petista. É importante lembrar, portanto, que o Partido dos Trabalhadores se opôs a utilização dos juros elevados com o objetivo de atrair capitais especulativos e manter a ancora cambial e, simultaneamente, foi um crítico da Lei de responsabilidade fiscal (LRF), <sup>13</sup>acusando-a de engessar o orçamento público (Singer, 2012).

Mesmo com o claro recuo do PT, eram comuns editoriais dos grandes jornais vocalizando a necessidade da candidatura Lula se comprometer com os fundamentos macroeconômicos do plano de estabilização de preços. Nesse sentido, eram muito comuns as críticas, justamente porque queriam uma guinada do futuro governo rumo à ortodoxia. Por conseguinte, utilizavam a retórica do “risco Lula” para apontar uma ausência de compromisso do PT com os fundamentos macroeconômicos colocados em prática pós o plano de estabilização de preços (Paulani, 2014).

De acordo com Filgueiras (2003), o nível das reservas, o superávit primário e a taxa de inflação não estavam fora de controle. O *superávit* primário e as transações correntes do país foram mais favoráveis em 2002 quando confrontado esses indicadores durante a crise cambial de 1999. Apesar do índice ao Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ter transcendido a meta em 2002, estava bem distante dos patamares verificados antes do Plano Real. Dentro dessa lógica, os dados econômicos não eram suficientes para explicar a depreciação do câmbio em 2002.

De acordo com Boito Jr (2002), os itens de Williamson começaram a ser colocados em prática no Brasil durante o governo Collor e foram aprofundados na era FHC. No início da década de 1990 não existia um consenso entre as frações da burguesia em relação a absorção de alguns itens. Paralelamente, havia uma forte mobilização dos trabalhadores e movimentos populares que, de certa forma, contribuíram para retardar a adesão do país aos preceitos Neoliberais. No caso da burguesia brasileira, havia algumas ressalvas à abertura

---

<sup>13</sup> A Lei de Responsabilidade Fiscal conhecida como Lei Complementar n. 101 foi sancionada em 2000 com o objetivo de promover o chamado equilíbrio das contas públicas, estabelecendo limites de gastos com pessoal e ampliando o controle sobre o crescimento da dívida pública. (Filgueiras;2003)

comercial indiscriminada e, principalmente, ao fim dos subsídios. Em relação aos setores dominados, o surgimento e consolidação dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda foram fundamentais para a frear os avanços das políticas Liberais sobre a esfera do trabalho.

Embora o governo Collor tenha introduzido a abertura comercial, foi no período posterior ao Plano Real que houve seu aprofundamento. Além do aumento substantivo das importações, a apreciação do câmbio foi fundamental para o aumento do déficit nas transações correntes e um amplo processo de desindustrialização. Destarte, durante o governo FHC, o Banco Central recorreu três vezes ao FMI com o intuito de obter reservas, a fim de conter eventuais fugas de capitais (Filgueiras, 2003).

De acordo com Casseb (2016), o Plano Real foi eficaz no controle da inflação, entretanto esteve acompanhado do aumento da vulnerabilidade externa e do aumento da fragilidade financeira do setor público. A necessidade de atração de capitais de curto prazo com o intuito de manter o câmbio apreciado esteve acompanhado da manutenção da taxa de juros em um patamar elevado. Nesse sentido, o aumento do endividamento do Estado fazia os credores defenderem a adoção de *superávits* primários.

Em suma, o Brasil não foi uma ilha isolada em meio a adoção dos itens contidos no consenso de Washington. Por conseguinte, sua economia ficou mais vulnerável aos choques externos. Entretanto, a deterioração de indicadores econômicos no decorrer da década de 1990 não é suficiente para explicar o risco Lula em 2002. Paralelamente, as incertezas em função das condições macroeconômicas de alguns países como a vizinha Argentina também não são suficientes para explicar a deterioração do real como ocorreu em meados de 2002. O próprio Plano de Estabilização de preços do Brasil não foi tão ousado como o Argentino, que injetou a paridade entre peso e dólar na constituição. Dessa maneira, nem a carta ao povo brasileiro (a rendição do governo do PT à ortodoxia) foi suficiente para estancar a sanha do mercado financeiro, que ainda desconfiava de um iminente governo do PT.

#### 4.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA: O TRANSFORMISMO DE LULA E DO PT

É um truísmo afirmar que a sociedade brasileira apresenta uma grande concentração de renda, de propriedade e de riqueza. Dessa maneira; independentemente dos modos, modelos, padrões de acumulação ou da configuração do bloco do poder; as desigualdades na estrutura de propriedade e de distribuição da riqueza persistem estruturalmente. Por conseguinte, uma minoria segue sendo privilegiada, enquanto uma parcela considerável segue privada de acesso a um arcabouço mínimo de direitos.

Filgueiras (2015) divide estruturalmente a história da economia brasileira em três padrões: Agrário exportador, de Substituição de Importações e o Liberal Periférico. Em todos eles há a manutenção de uma estrutura de propriedade e de renda extremamente desigual. Por conseguinte, uma parcela considerável da riqueza gerada pela sociedade segue concentrada nas mãos das classes dominantes, em especial, nas frações presentes no bloco do poder dos referidos Padrões de acumulação capitalista.

Obviamente, a desigualdade presente na sociedade brasileira não é um atributo natural. Não é uma mera obra do acaso. É fruto também das trocas desiguais entre os países centrais e periféricos, que culminam na necessidade de geração de excedentes através da superexploração do trabalho. Nesse sentido, qualquer tentativa de amenizar minimamente o nível de desigualdade é abruptamente abortada. (Miguel, 2022).

De certa maneira, esse processo contribui para explicação do nível de desigualdade da sociedade brasileira e sua maior instabilidade política, quando comparada com a realidade dos países centrais do capitalismo. Nesse sentido, é possível perceber uma relação entre a democracia e o nível de desigualdade nos países centrais e periféricos. Nos últimos é perceptível um nível de instabilidade política maior que nos primeiros, justamente porque controle sobre a geração do excedente é menor. Por conseguinte, o nível de tolerância das classes dominantes com a democracia Liberal burguesa tende a ser mais baixo. Já nos países centrais, como a parcela do excedente é maior, o nível de tensionamento entre as classes é menor (Miguel, 2022).

Em relação ao Brasil, embora a condição de dependência seja um aspecto importante para compreensão, ela não é suficiente para explicar a baixa tolerância das suas classes dominantes com a democracia liberal burguesa. Nesse sentido, Fernandes (2020) recorre ao conceito de democracia de cooptação e ao conceito de democracia restrita com o intuito

de explicar as rupturas institucionais do país. Obviamente, a democracia de cooptação está concatenada com o nível de geração de excedente. Assim, em momentos de redução da taxa de lucro, dificulta-se a manutenção dessa modalidade de democracia em um país com um elevado nível de desigualdade e de tradição autoritária (Malta; León, 2017).

Segundo Miguel (2022), um outro fator que deve ser analisado para entender o nível de restrição da democracia liberal no país é o apego das classes dominantes às distâncias sociais. Por conseguinte, faz-se necessário recorrer ao período colonial para compreender os impactos da escravização dos negros nesse processo, observando sobretudo as diferenças das relações dessas mesmas classes dominantes com as pessoas escravizadas e, obviamente, sua incompatibilidade com os principais atributos da democracia burguesa liberal. Nessa perspectiva, como a classe dominante dependente não controla os preços dos bens transacionáveis, só resta recorrer à ostentação. Entretanto, quando as distâncias diminuem, recorrem às chamadas rupturas institucionais com o intuito de manter ou elevar suas discrepâncias em relação ao resto da população.

O temor das classes dominantes e das camadas médias de diminuir as desigualdades em relação aos demais grupos da sociedade faz com que resolvam aderir as rupturas institucionais. Por conseguinte, não faltam exemplos de adesão desses segmentos à golpes de estado ou manutenção de longos períodos autoritários na história do país. O próprio golpe civil empresarial militar é emblemático, sobretudo em um período marcado por constantes mobilizações dos grupos dominados da sociedade, que almejavam direitos sociais básicos. E, mesmo assim, seus setores dominantes se alinharam aos militares e ao capital internacional com o intuito de preservar seus privilégios (Fernandes, 2020).

De acordo com Perez (2019), o processo de reabertura política do país foi obtido mediante uma frente ampla, mantendo um caráter lento, gradual e seguro durante a transição. Nessa perspectiva, o próprio movimento das diretas foi dirigido pelos Liberais. Questões centrais para a redução do nível de desigualdade como mudanças no controle das forças produtivas foram escanteadas em nome dessa aliança. Dessa maneira, a prioridade era resgatar um mínimo de soberania popular através de uma democracia liberal com amplos limites.

Gramsci (1975) procurou conceber as condições que propiciam a construção, a indestrutibilidade e criação de um partido Político. De acordo com ele, as condições

materiais objetivas são fundamentais para a constituição de um partido político. Nesse sentido, três elementos são indispensáveis para a manutenção e indestrutibilidade de um partido político: o difuso, a coesão e o médio. O primeiro está associado à organização e centralização de homens e mulheres com concepções em comum que estão dispostos a fazer o enfrentamento político. O segundo ressalta uma forte sinergia entre dirigentes e dirigidos. E o último representa a sinergia entre os dois primeiros (Sader, 2005).

Sader (2005) também apresenta o conceito de revolução passiva, utilizando a Itália do século XIX como objeto de estudo. Ao contrário de uma revolução dos dominados, esta dispõe de dois momentos: o da “restauração” e o da “renovação”. O primeiro representa uma reação à possibilidade de transformação efetiva e radical de cima para baixo. O segundo ocorre quando as classes dominantes introjetam algumas reivindicações dos grupos dominados. Paralelamente, o autor Italiano expõe ainda a relação orgânica entre a revolução passiva e transformismo, que consiste basicamente na incorporação do bloco do poder nas frações rivais das classes dominantes ou dos setores dominados. Há, de acordo com Gramsci, dois períodos de transformismo na história Italiana: o de 1860-1900 e a partir 1900. O primeiro está associado à cooptação individual de opositores aos grupos políticos conservadores. Já o segundo corresponde à transformação de grupos radicais em moderados (Coutinho, 1999).

No caso do maior partido de esquerda da América Latina e do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em uma conjuntura de enfraquecimento das ditaduras empresariais-militares na América Latina. De acordo com Filgueiras (2003), a economia brasileira foi impactada através da chamada crise da dívida, que obrigou os governos militares a promoverem maxidesvalorizações cambiais, elevando o nível de preços e reduzindo o crescimento econômico quando comparado com a década anterior. Paralelamente, com a formação de um consenso dentro de parte considerável das oposições e o enfraquecimento da ditadura, os militares restauraram o regime pluripartidário com o objetivo de segregar a oposição (Miguel, 2022).

As bases da origem do Partido dos Trabalhadores dispõem de três vertentes básicas: o novo sindicalismo, as antigas comunidades de base da igreja católica e a esquerda socialista. O primeiro criticava a legislação varguista (CLT) e a estrutura sindical vertical vigente no país. Defendia uma organização da classe trabalhadora dotada de ampla

autonomia. As segundas faziam duras críticas ao capitalismo, que colidia com princípios fundamentais do cristianismo. Já a última estava associada às críticas a concepções do antigo Partido Comunista Brasileiro e segmentos da esquerda durante o período pré e pós 1964 (Singer, 2012).

De acordo com Miguel (2022), embora o PT enaltecasse seu compromisso nos anos iniciais de sua fundação com uma lógica de sociedade mais fincada na fraternidade, defendendo a redução das abissais desigualdades sociais, havia uma dubiedade em relação ao projeto do partido. É importante destacar novamente que o partido dispunha de grupos heterogêneos, que tinham concepções e projetos diferentes de país, dificultando ainda mais seu entendimento. Concomitantemente, a agremiação hesitava um alinhamento com outras experiências socialistas nas suas resoluções. Preferia apenas ratificar seu compromisso com a classe trabalhadora.

Apesar da necessidade premente de construção de uma identidade, o partido não transportou as experiências socialista para a realidade brasileira. O PT sempre fez questão de enfatizar uma postura anticapitalista nos anos iniciais de sua fundação. No seu primeiro encontro em 1981, o PT buscou se diferenciar da social-democracia e do socialismo real. Nessa perspectiva, criticava-se as alianças com a burguesia, justamente porque a agremiação não acreditava na viabilidade da conciliação de classes, ainda mais com uma burguesia subordinada ao capital internacional. Também rejeitava o socialismo burocrático justamente pelas desconexões entre a base e a classe dirigente (Iase, 2012).

Segundo Singer (2012), é possível estabelecer uma certa comparação entre o PT e o PSOE Espanhol, observando-se, obviamente, as diferenças entre as agremiações. Ambas surgiram após ditaduras militares, procuravam representar os interesses dos grupos dominados e tinham algum nível de influência do marxismo. Além disso, os dois partidos irromperam em períodos de abertura democrática e em contextos de crise econômica. Também cresceram obtendo o apoio de segmentos importantes dos trabalhadores industriais e dos setores de serviços como: bancários, professores e servidores públicos.

Apesar do vínculo com os movimentos sociais e da defesa de um projeto autônomo para a classe trabalhadora, o PT conseguiu obter capilaridade perante a sociedade brasileira também através do comportamento moralista e da demarcação de posição. Nesse sentido,

no decorrer dos anos, procurou se distanciar dos outros partidos principalmente nos seus primórdios, quando evitava alianças com partidos de centro e de direita. Paralelamente, conseguia o apoio dos setores médios e entre os trabalhadores organizados da sociedade, justamente através do discurso moralista de roupagem Udenista (Miguel, 2022).

Singer (2012) analisa a trajetória do PT no segundo capítulo do seu livro, dividindo-a em três etapas. A primeira está fincada na forte conexão entre o partido e segmentos da sociedade civil. A segunda está associada à mudança no perfil do eleitorado do partido. É importante destacar que até as eleições de 2002 o PT extraía o maior percentual de votos dos segmentos de renda mais alta. Entretanto, depois de 2005 houve uma mudança no perfil do eleitorado do partido. Por conseguinte, a ascensão do Lulismo possibilitou um aumento da base petista entre os segmentos de menor renda e escolaridade, enquanto parte dos eleitores mais escolarizados e com renda superior a 10 salários-mínimos deixaram de votar no PT. Já a terceira fase representa o resultado das contradições entre as pautas defendidas anteriormente e o pragmatismo observado após o partido assumir o governo.

O resultado eleitoral nas eleições de 1989 foi fundamental para ampliar a dimensão nacional do partido. Nas eleições de 1988, o partido obteve triunfos importantes, quando conquistou prefeituras notáveis como a de São Paulo e Porto Alegre. É importante ressaltar que na eleição de 1982, o saldo eleitoral não foi dos melhores. A candidatura de Lula ficou em penúltimo lugar. Após o revés eleitoral, o petista cogitou abandonar a política. Entretanto, na primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar, o partido conseguiu ir ao segundo turno, desbancando políticos tradicionais como: Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Paulo Maluf e Mario Covas. Apesar da derrota no segundo turno das eleições, o partido conseguiu se consolidar no cenário político brasileiro (Morais, 2021; Miguel, 2022).

De acordo com Iase (2012), o PT passou por um processo de flexibilização do seu projeto desde a resolução de 1987. O encontro nacional do Partido V estabelecia a necessidade de um partido capaz de mobilizar os trabalhadores, a fim de expurgar o poder da burguesia através da obtenção da hegemonia no controle do Estado. Entretanto, alguns aspectos como o aprofundamento do processo de globalização, a introdução da reestruturação produtiva, os fundamentos do plano de estabilização de preços e as perspectivas de triunfos eleitorais contribuíram para um programa mais conciliador. No XII encontro, em 2002, o partido dos



trabalhadores já propunha um programa de conciliação de classes entre capital e trabalho com o intuito de estabelecer uma ampla aliança contra os interesses rentistas.

Diante de uma formação fincada em grupos heterogêneos, o Partido dos Trabalhadores (PT) dispunha de diferentes tendências que apresentavam seus modelos de transformação social. Os grandes veículos de informação discorriam sobre as divergências no âmbito partidário, apontando para a existência de dois grupos: Os moderados e os Xiitas. Enquanto os segundos apresentavam mais resistências em relação a alianças com segmentos da burguesia, os primeiros já apresentavam um nível de pragmatismo maior (Miguel, 2022).

Segundo Singer (2012), houve uma mutação do espírito do Sion para o do Anhembi. O triunfo do pragmatismo dentro da estrutura petista teve como um dos seus expoentes a diminuição da capacidade deliberativa dos militantes e o afastamento de setores anticapitalistas da estrutura da agremiação. A participação do fundo partidário sobre a receita total do partido passou de 12,3% para 72% em 1996. Já as contribuições das empresas saltaram de 1% para 27% do total arrecadado pelo partido no interregno de 1999 até 2004. Em compensação, a participação dos filiados no financiamento do partido caiu de 30% em 1989 para 1% em 2004.

Desde o surgimento do PT até meados da década de 1990, as bases eleitorais da agremiação dispunham de mais espaço para o debate interno. Entretanto, com o decorrer do tempo, a proeminência dos detentores de mandato contribuiu para guiar o partido para a disputa eleitoral, criando, concomitantemente, uma oligarquia interna e um esvaziamento do debate interno. Nessa perspectiva, a moderação do programa, a ampliação de alianças eleitorais, obtenção de financiamento privado, loteamento da máquina pública e os acenos a grupos sociais (outrora estranhos ao seu projeto de poder) foram movimentos importantes para distanciar o partido dos seus objetivos iniciais (Miguel, 2022).

Singer (2012) e Brito (2017) dissertam sobre as dificuldades de estabelecimento de uma aliança entre o proletariado e o subproletariado com o intuito de enfrentar à hegemonia da grande burguesia. É importante destacar que o subproletariado tende a ficar em uma condição de vulnerabilidade maior no que tange à perda de poder aquisitivo. Também apresenta menor capacidade de proteger seu patrimônio em períodos de elevação de

preços. Embora um partido com proximidade com os segmentos populares da sociedade, o PT não conseguiu a adesão do subproletariado nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Dessa maneira, a candidatura de Lula foi superada pelas candidaturas de Collor e FHC nesses processos eleitorais nos segmentos de menor renda. Em 1989, por exemplo, a candidatura de Collor conseguiu captar a maior parte dos votos dos descamisados. Nas duas eleições posteriores, o plano real e a posição dúbia do partido perante o plano de estabilização, contribuíram para os triunfos de FHC. Destarte, apenas nas eleições de 2006 em diante, o partido conseguiu angariar um percentual de votos majoritário nos segmentos de renda inferiores a dois salários-mínimos.

No decorrer da década de 1990, o partido dos Trabalhadores obteve triunfos eleitorais em prefeituras e governos estaduais de grandes cidades e estados. Todavia, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 foi prejudicado pelo discurso do risco- Lula e pelos efeitos momentâneos do Plano Real. Na pesquisa do instituto Datafolha em junho de 1994, a candidatura Lula ocupava o primeiro lugar com uma vantagem considerável de 41%, enquanto o candidato do governo Fernando Henrique Cardoso tinha 19%. Três meses após a implementação efetiva do plano, FHC venceu no primeiro turno. Concomitantemente, o nível de rejeição do então candidato Lula subiu de 20% para 40%, segundo o mesmo instituto de pesquisa (Datafolha, 1994).

Nas eleições de 1998, a candidatura Lula e o PT foram novamente derrotadas. Os efeitos da âncora cambial persistiram até o período eleitoral de 1998, beneficiando a candidatura tucana no plano federal. Paralelamente, a candidatura Lula não conseguiu se sobrepôr diante das desconfianças e do medo, não superando um terço do eleitorado. É importante destacar que posteriormente a desvalorização do câmbio esteve acompanhada da diminuição da popularidade do presidente da república de acordo com os principais institutos de pesquisa. A degradação dos indicadores econômicos mediante elevação do desemprego, aumento da dívida pública, do custo do crédito e queda da renda foram fundamentais nesse sentido (Filgueiras, 2003).

Paralelamente, foi possível constatar uma continuidade na degradação do nível de emprego, uma subsequente elevação da dívida pública com fragilização das finanças do setor público e uma elevação da vulnerabilidade externa. A taxa de desemprego, por exemplo, teve uma elevação entre 1994-1998 e entre 1999-2002 segundo o DIEESE e

IBGE. Concomitantemente, houve uma deterioração das contas externas e as instituições financeiras credoras da dívida passaram a exigir a geração de superávits primários robustos capazes de amenizar o crescimento da dívida pública (Carneiro, 2002).

Nas eleições de 2000, o PT obteve êxito nas eleições municipais nas capitais e outras grandes cidades. No pleito de 1996, nas capitais dos estados, o partido elegeu 2 prefeitos. Em compensação, no pleito de 2000 atingiu a marca de 6 prefeitos: São Paulo, Aracaju, Porto Alegre, Recife, Belém e Goiânia. O próprio trabalho de Fleischer (2002) mostra o avanço da agremiação nas eleições de 1996 e 2000. O partido teve 7.893.509 votos nas eleições de 1996, enquanto no processo eleitoral seguinte teve 11.938.734 votos.

No processo eleitoral de 2002, Lula despontava como principal favorito desde o início da série de pesquisas dos principais institutos do país. Em julho do mesmo ano, sua candidatura se comprometeu com a manutenção dos fundamentos macroeconômicos em vigor. Dessa maneira, esse movimento sucedeu a concretização da aliança entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal do industrial José Alencar, que comporia com Lula a chapa presidencial como vice-presidente. Não se tratou apenas de uma singela junção de dois atores políticos, mas de uma aliança da classe trabalhadora organizada com a burguesia interna (Boito Jr, 2023).

Os editoriais dos principais jornais do país e do mundo expuseram o progresso da candidatura Lula nas pesquisas como principal fator da desvalorização cambial em 2002. Segundo eles, o não alinhamento do programa de governo do PT com os fundamentos do Plano Real contribuiu para fuga de capitais naquele período. Nesse sentido, a expressão Risco-Lula passou a ser difundida com mais frequência. Eram comuns editoriais dos principais meios de comunicação reforçando a necessidade de o governo aderir ao receituário Neoliberal (Paulani, 2014).

De acordo com Silva (2006), a revista *Veja* ressaltava o comportamento das lideranças “lúcidas” da ala majoritária do Partido, que tinham uma visão mais realista e pragmática da realidade. Concomitantemente, fazia duras críticas aos demais segmentos da agremiação, chamando-os de insanos, por não convergirem com os paradigmas neoliberais introduzidos no país a partir de meados da década de 1990. O próprio órgão de comunicação alertava para a possibilidade de o país ter uma crise econômica da dimensão da Argentina, caso o

futuro governo rompesse com os fundamentos do plano de estabilização de preços. Também enaltecia a ala mais pragmática do PT (que já se aproximava do mercado financeiro fazendo concessões) enquanto as alas mais alinhadas à esquerda ganharam o apelido jocoso de Xiitas.

O crescimento do índice Risco-Brasil, que apresentou um recorde na série história com 2443 bps, em meados de setembro de 2002, foi integralmente colocado na conta da candidatura Lula. Segundo os principais institutos de pesquisa, Lula despontava bem e com chances de triunfo no primeiro turno daquele pleito. Paralelamente, o câmbio também se depreciava, evidenciando as tensões do mercado financeiro com um iminente governo petista (Filgueiras, 2003).

Nesse contexto, o pragmatismo prevalece diante da questão programática. As conquistas de mandatos nas variadas esferas contribuíram para a prevalência dos seus detentores. Concomitantemente, seus principais incumbentes à cargos majoritários flexibilizaram suas plataformas de governos, diminuindo a participação da base na sua elaboração. O próprio processo eleitoral direto do partido, iniciado em 2001, foi vital para o esvaziamento das discussões internas, sobretudo porque o peso dos encontros nas decisões no âmbito partidário diminuiu consideravelmente, aproximando o partido dos chamados grupos de pressão (Miguel, 2022).

Singer (2012) aborda a nova hegemonia do Lulismo dentro do próprio PT e como sua ascensão foi essencial para uma guinada nos rumos da agremiação. Ela foi observada nitidamente após a chegada de Lula ao poder. Nesse sentido, há um pacto em prol da conciliação de classes com o Estado exercendo um papel central. Nesse contexto, enquanto os privilégios dos setores dominantes permaneceram intactos, os segmentos menos favorecidos e desorganizados da sociedade obtiveram ganhos através da ampliação do consumo.

No entanto, os trabalhadores do setor público e os setores médios, outrora grandes entusiastas do Partido dos Trabalhadores nos processos eleitorais, em certa medida, se afastaram da agremiação nas eleições subsequentes. A necessidade de formar uma coalizão com os partidos de centro-direita e os posteriores escândalos como o do Mensalão foram fundamentais para afastar a classe média do Partido. Já os servidores públicos ficaram

insatisfeitos com as medidas de austeridade do governo, em especial, a reforma da previdência voltada para os servidores públicos (Miguel, 2022).

O ponto central é o processo de adesão do partido que outrora buscava organizar os trabalhadores a fim de romper com o modo de produção capitalista e que no decorrer da sua trajetória terminou fazendo concessões no seu programa inicial. Por conseguinte, após o triunfo nas eleições presidenciais de 2022 ficou nítido o processo de transformação de um programa eminentemente socialista para um social-democracia bem restrito (Iase, 2012).

Em suma, é possível inferir que o PT chegou ao governo desprovido de um projeto coeso e amplo de governo. O próprio partido ampliou seus representantes e, concomitantemente, se arvorou durante parte considerável da sua trajetória, negando e tentando se afastar da estrutura vigente. Ora reforçando a necessidade de modificá-la, ora recorrendo ao moralismo Udenista. No entanto, a estrutura produtiva se modificou com a adoção do padrão liberal-periférico e influenciou os posicionamentos subsequentes do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, o projeto de manutenção do poder se colocou como prioritário diante do projeto de governo da agremiação.

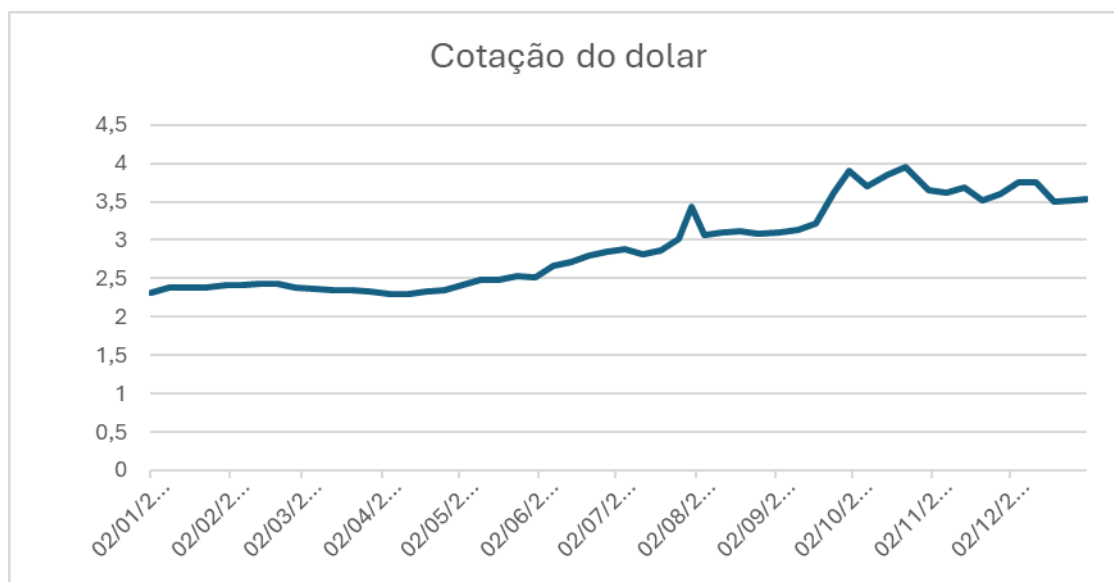
#### 4.3 A DEPRECIACÃO CAMBIAL E O “RISCO LULA”

A simbiose entre discurso, práticas neoliberais e financeirização foram fundamentais para transformar a economia brasileira em uma plataforma internacional de valorização financeira. No caso específico do ano de 2002, foi possível observar uma ampla depreciação do câmbio. A justificativa dos economistas convencionais e dos grandes meios de comunicação estava associada às incertezas dos mercados financeiros com um provável governo Lula. Havia a necessidade de manter o padrão de acumulação intacto (Paulani, 2014).

De acordo com Belluzzo (2003), a adoção das políticas liberais em um contexto de economia globalizada acentuou dois problemas: a fragilidade externa e a desarticulação do investimento. A primeira impactou o passivo externo de curto e longo prazo, tornando o país mais suscetível às variações de humor dos mercados globais. A segunda proporcionou, através da ampliação das privatizações e desnacionalização da economia, uma diminuição

do poder de coordenação e indução do Estado. Nesse contexto, o êxito do Plano Real (fincado na âncora cambial) foi acompanhado de aumento da fragilidade externa. Por conseguinte, foi possível observar um aumento da dependência dos fluxos de capitais.

Gráfico 3 – Variação da taxa de câmbio em 2002

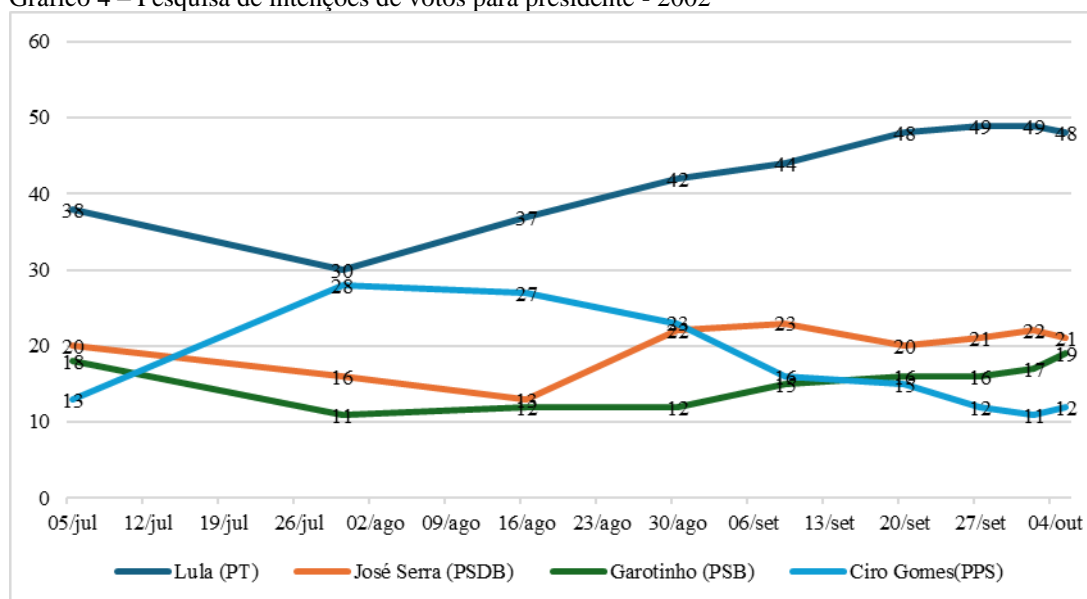


Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Banco Central do Brasil (2024)

O gráfico 1 evidencia as elevações da taxa de câmbio no decorrer do ano de 2002. Segundo os dados do Banco Central, houve um processo de depreciação mais intenso do real em relação ao dólar a partir de junho de 2002. Nos cinco primeiros meses, a cotação do câmbio ficou dentro de uma banda de R\$ 2,25 e R\$ 2,50. No entanto, a partir de junho houve um processo de descolamento mais acentuado das duas moedas, que atingiu seu maior patamar em outubro daquele mesmo ano, quando atingiu o valor nominal de R\$3,95 no dia 22 de outubro de 2002 (Banco Central, 2002).

É possível observar uma convergência entre a depreciação da taxa de câmbio e o desempenho das candidaturas de Lula (PT) e José Serra (PSDB), quando se confrontam os gráficos 3 e 4. Dessa maneira, quando os resultados das pesquisas estimuladas de intenção de votos eram favoráveis ao candidato José Serra, havia uma aproximação entre dólar e real. Paralelamente, as subidas da candidatura Lula nas pesquisas contribuía para o descolamento entre as duas moedas (Datafolha, 2002).

Gráfico 4 – Pesquisa de intenções de votos para presidente - 2002



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Datafolha (2002)

Apesar da Carta ao Povo Brasileiro, a taxa de câmbio prosseguiu na sua trajetória de desvalorização nos meses posteriores. Nesse sentido, o desenrolar do processo eleitoral acentuou mais ainda sua elevação. Nas pesquisas de julho, o dólar ultrapassou a barreira dos R\$ 3,00 em valores nominais. Curiosamente, as candidaturas de Lula e Ciro Gomes ganhavam espaço no eleitorado, enquanto o candidato da situação, José Serra, patinava nas pesquisas de intenções de votos. A pesquisa estimulada do Datafolha colocava Lula e Ciro Gomes em uma condição de empate técnico nos últimos dias de julho. Ambos com uma diferença superior a 12 pontos percentuais em relação ao candidato do PSDB (Datafolha, 2002).

No entanto, os ataques ferozes da candidatura de José Serra e as verborragias do candidato Ciro Gomes foram fundamentais para a queda do candidato do PPS nas pesquisas e subida do candidato do PSDB nas pesquisas de agosto. Por conseguinte, na pesquisa divulgada nos últimos dias de agosto, ambos os candidatos apareceram em empate técnico. O Tucano aparecia com 19% e o ex-governador do Ceará com 20%. Não obstante, o dólar que no dia 31 de julho estava cotado a R\$ 3,43, no última sexta-feira de agosto despencava para R\$ 3,02 (Banco Central do Brasil, 2002; Datafolha, 2002).

Em compensação, com a subida da candidatura Lula nas pesquisas de setembro e outubro, a taxa de câmbio também prosseguiu na sua trajetória de desvalorização. No mês de

setembro, por exemplo, a taxa de câmbio variou de R\$ 3,02 no primeiro para R\$ 3,89 no último dia de setembro. Uma variação de 28,80% em um mês. Paralelamente, a candidatura Lula crescia na pesquisa do Datafolha divulgada nos últimos dias desse mesmo mês. Dessa maneira, aparecia com 49% no levantamento estimulado. Inclusive, dispunha de chances de vencer no primeiro turno, quando considerada a margem de erro (Banco Central do Brasil, 2002; Datafolha, 2002).

A votação expressiva do candidato do PT no primeiro turno (46%) e o apoio dos candidatos Ciro Gomes e Garotinho no segundo turno reduziram as poucas chances de triunfo do candidato José Serra no decorrer do mês de outubro. Por conseguinte, durante o segundo turno das eleições de 2002, a candidatura de José Serra tentava diminuir a diferença em relação a Lula utilizando o discurso do medo, difundido também pelo mercado financeiro e pelos principais meios de comunicação. Dessa maneira, recorria ao discurso apocalíptico, caso houvesse um triunfo eleitoral do candidato do PT. Aproveitavam-se da maior cotação da taxa de câmbio nominal, que chegou a atingir R\$3,95 no dia 22 de outubro de 2002, para influenciar o andamento do processo eleitoral (Paulani, 2014).

Após o triunfo da candidatura Lula no segundo turno, o presidente eleito indicou Henrique Meirelles, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás, para o cargo de presidente do Banco Central. Também indicou o ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci para o cargo de ministro da Fazenda. Destarte, ratificou o acordo com as instituições Financeiras Internacionais, ampliando ainda mais a rigidez orçamentária, quando ampliou a meta de *superávit* primário e manteve o compromisso de perseguir uma meta de inflação baixa para um país periférico. Conseqüentemente, o câmbio iniciou um movimento de valorização nos últimos dois meses do ano (Filgueiras, 2003).

Enquanto os economistas liberais alinhados a ortodoxia, naturalizam o comportamento do mercado financeiro a partir do momento em que estabelecem um papel disciplinador deste em relação as ações do governo. Nesse sentido, quando o governo não consegue cumprir as metas de inflação e o *superávit* fiscal, o mercado financeiro estabelece uma espécie de punição para o Estado “gastador e irresponsável”, naturalizando a precificação da moeda nacional. Por conseguinte, é possível identificar países com índices de inflação mais



elevados e com a dívida pública mais elevada que a brasileira, que não apresentam o mesmo nível de volatilidade da moeda (Paulani, 2014).

Rossi (2016) argumenta que o real é uma das moedas com o maior nível de volatilidade no curto prazo. De acordo com o autor, o ciclo de liquidez internacional é o principal aspecto que determina o preço das moedas dos países periféricos. Entretanto, alguns aspectos internos podem ser fundamentais para determinar o preço de uma moeda, especialmente quando observa-se o nível de intervenção do banco central e o nível de abertura financeira de uma determinada economia. No caso do Brasil, é possível observar uma simbiose entre liberalização financeira e uma intervenção branda em relação ao mercado de câmbio na maior parte do tempo desde os anos de 1990.

Ao comparar os processos eleitorais de 2002 e em 2014, é possível observar uma tensão entre as candidaturas petistas e o mercado financeiro. Por conseguinte, identificou-se uma aliança entre os grandes veículos de comunicação e o mercado financeiro com o intuito de desestabilizar as candidaturas petistas e, ao mesmo tempo, reproduzir um discurso de terrorismo econômico. Em 2002, o uso do “risco Lula” pelos meios de comunicação procurou responsabilizar a candidatura petista pela desvalorização do câmbio. Já em 2014, foi possível observar uma rejeição do mercado financeiro em relação a reeleição de Dilma Roussef (Paulani, 2014).

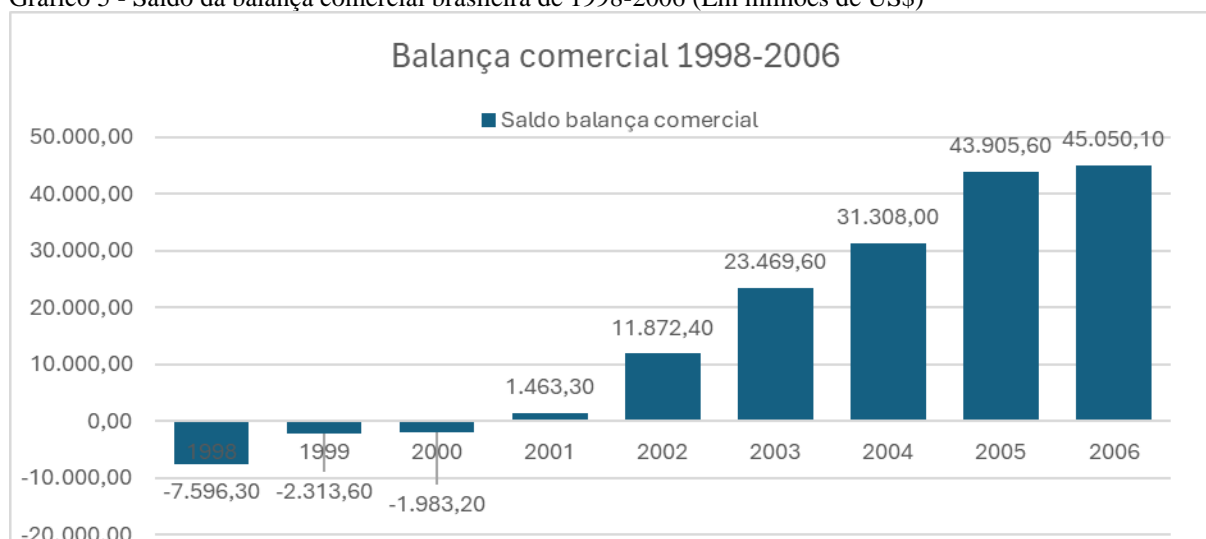
Nassif (2002) não atribui a desvalorização do câmbio apenas ao “risco Lula”. De acordo com o jornalista, a gestão do Banco Central cometeu uma série de equívocos na política cambial no decorrer do ano de 2002. Por conseguinte, observou-se uma antecipação do vencimento das dívidas que expiraria nos dois anos posteriores para o último trimestre do ano. Nesse sentido, foi possível identificar uma retração no nível de liquidez e uma diminuição da capacidade de reação do Banco Central frente às especulações do mercado.

É importante destacar que a abertura financeira introduzida no país a partir dos anos de 1990 foi fundamental para tornar a economia brasileira vulnerável a ataques especulativos. Nesse sentido, a ausência de reservas cambiais e de regulamentação mais acentuada sobre os fluxos de capitais torna o governo passivo diante do mercado financeiro que termina precificando a moeda. É bem verdade que o ciclo de liquidez internacional era

desfavorável em 2002 para os países periféricos. No entanto, naquele período o banco central se mostrava incapaz de se sobrepor ao mercado na precificação da moeda.

Apesar do terrorismo dos mercados financeiros, alguns indicadores da economia apresentavam resultados positivos em meados de 2002. É o caso da balança comercial brasileira. Embora tenha apresentado um *déficit* nos seis primeiros anos do governo Fernando Henrique, começou a apresentar superávits nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique. Bresser (2005), inclusive, aponta a correlação entre a desvalorização do câmbio, aumento do *superávit* comercial dos bens manufaturados e resultado da balança comercial.

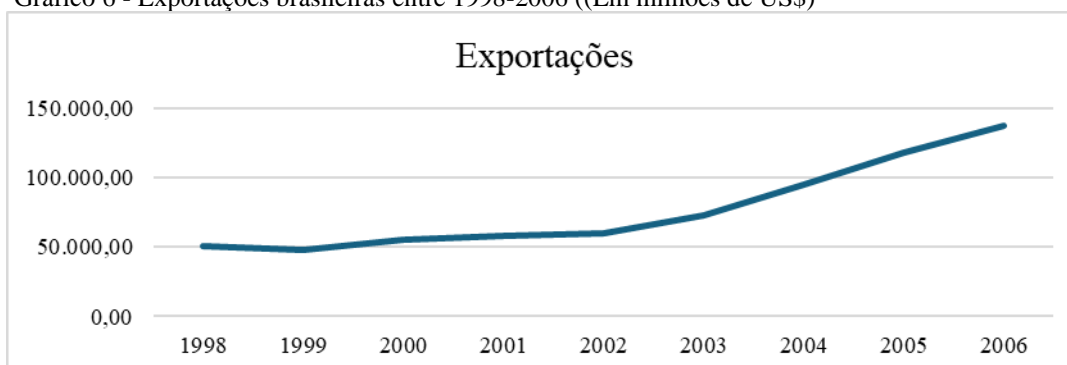
Gráfico 5 - Saldo da balança comercial brasileira de 1998-2006 (Em milhões de US\$)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em Ministério da Indústria e Comércio (2024)

Quando comparado com o fim da âncora cambial em 1999, o ano de 2002 apresentou um *superávit* comercial de US\$11,87 bilhões de dólares, enquanto em 1999 identificou-se um *déficit* de aproximadamente US\$2,3 bilhões. Embora superior aos anos anteriores, o saldo da balança comercial de 1999 se mostrava inferior ao ano de 2002. É bem verdade que houve uma diminuição das importações entre e um aumento das exportações entre 1999 e 2002 (Filgueiras, 2003).

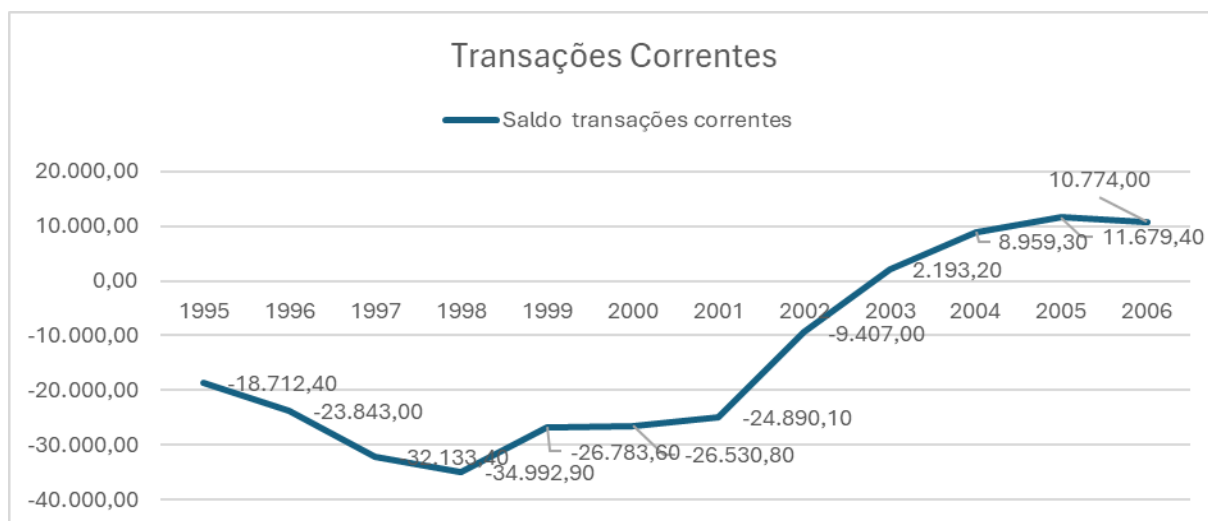
Gráfico 6 - Exportações brasileiras entre 1998-2006 ((Em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração pelo autor (2024) com base em Ministério da Indústria e Comércio (2024)

Apesar da queda das exportações de 1998 para 1999, foi possível identificar um incremento nos anos posteriores. Alguns fatores como o aumento dos preços das *commodities* a nível internacional favoreceram a economia brasileira a partir dos primeiros anos do século XXI. A própria desvalorização do câmbio em 1999 favoreceu às exportações de bens nos anos subsequentes, contribuindo para posteriores superávits comerciais da balança comercial a partir de 2001 (Bresser, 2005).

Gráfico 7 – Brasil: Balança de Transações Correntes (1995-2006 em milhões de US\$)



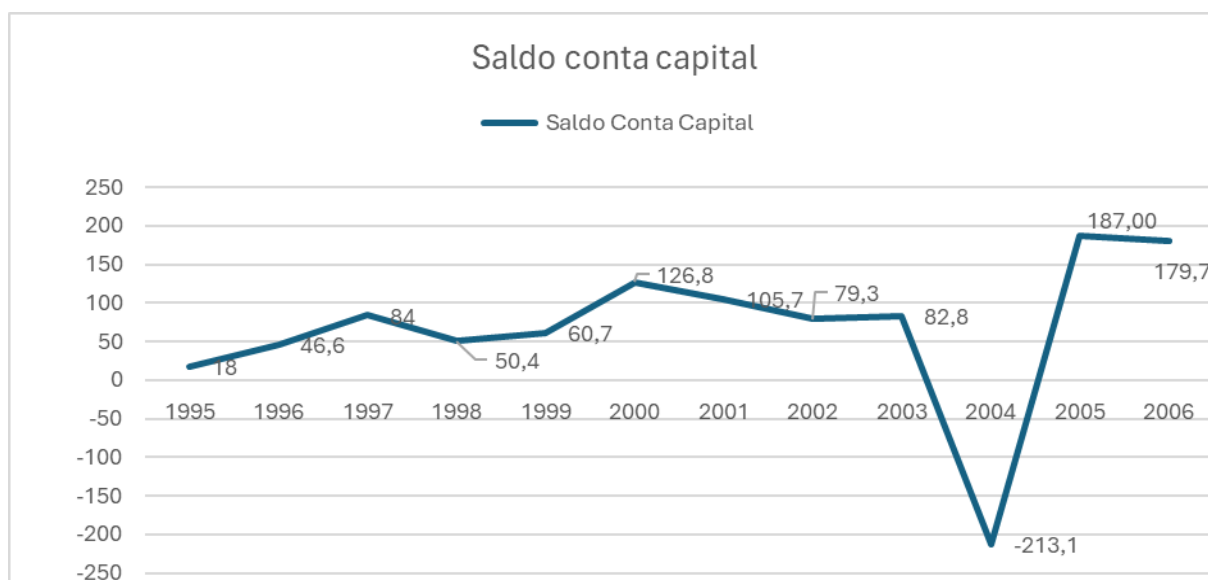
Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em BCB-DSTAT (2006)

Ao observar os dados contidos no Gráfico 7, no período posterior à implantação do Plano Real verificou-se a presença de *déficits* persistentes nas transações correntes. De 1995 até 1998, houve aumentos do déficit nas transações correntes. No entanto, entre 1999 e 2002, período posterior à depreciação cambial, houve uma retração do *déficit*, que saiu de US\$ - 26783,60 milhões para US\$ - 9407,00. É importante destacar que em 2002 foi possível

identificar um *déficit* quase três vezes inferior ao verificado na crise cambial de 1999. Também é possível inferir que houve uma queda acentuada do *déficit*, quando comparado os dois períodos.

Em compensação, a Conta Capital manteve superávit entre 1995 e 2002. Dessa maneira, é possível inferir que houve um crescimento do investimento direto estrangeiro líquido entre 1995-2000, porém com uma retração nos dois últimos anos do governo FHC. Em compensação, os investimentos em carteira apresentaram uma queda após 1995. Assim, o processo de deterioração da conta capital e de serviço foram relevantes nesse mesmo período (Filgueiras, 2003).

Gráfico 8 – Brasil: Conta capital (1995-2006)

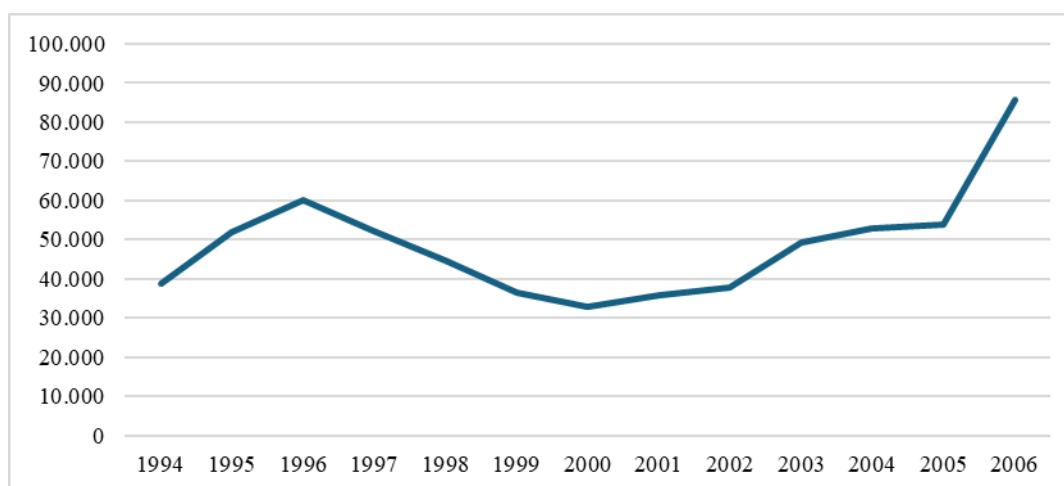


Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em BCB-DSTAT (2006)

Posteriormente ao Plano Real, houve uma elevação do saldo da conta capital, em função das elevadas taxas de retorno sobre os títulos públicos. Nesse sentido, a manutenção da âncora cambial teve um efeito fundamental para a atração de capitais de curto prazo nos quatro primeiros anos do governo FHC. Especialmente, quando as taxas de juros chegaram a atingir patamares superiores aos 40% em meados de 1997 e 1998. Não obstante, constatou-se uma dependência da atração de capitais especulativos para contenção do câmbio (Filgueiras, 2003).

Em compensação, as decisões macroeconômicas das autoridades econômicas do país, que optaram pelo aumento do endividamento público como mecanismo para promover a estabilização de preços, foram fundamentais para a oscilação no nível das reservas internacionais. É importante destacar que as crises dos países asiáticos e a desvalorização do câmbio contribuíram para o decréscimo no nível das divisas entre 1996 e 2000 (Carneiro, 2002)

Gráfico 9 – Brasil: Reservas Internacionais (1994-2006)

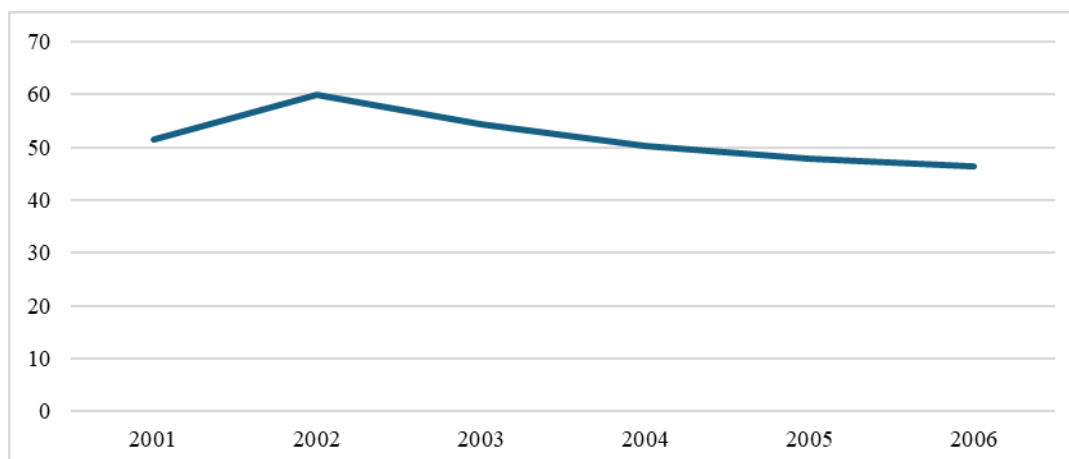


Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em BCB-DSTA (2006)

A partir da comparação das reservas nas desvalorizações cambiais de 1999 e 2002, é possível observar que o nível das reservas era levemente maior no segundo ano, quando comparado com o primeiro. Dessa maneira, não houve uma depreciação do real tão intensa como em 2002, mesmo com o crescimento significativo das exportações e do saldo positivo da balança comercial, embora seja importante destacar a queda das importações em 1999 e 2002, quando ambas são comparadas com os anos anteriores (Paulani, 2014).

Em compensação, a dívida pública obteve um incremento considerável após a adoção do Plano Real. No período entre 2001-2002, quando analisada sua variação em consonância com o PIB, foi possível constatar o maior patamar da dívida Líquida desde a implantação do plano de estabilização de preços. É importante destacar que a maior fração desse passivo é interna, em que os governos federal e do banco central têm juntos a maior parte da obrigação (Carneiro, 2002).

Gráfico 10 - Brasil: Dívida Líquida Consolidada do setor público (% PIB de 2001 até 2006)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024) com base em BCB-DSTA (2006)

Apesar da adoção do tripé macroeconômico, principalmente com os superávits fiscais nos anos de 2001 e 2002, houve uma elevação na dívida líquida.; enquanto a dívida líquida interna cresceu durante os 8 anos, a dívida externa líquida apresentou algumas oscilações. O passivo interno cresceu, principalmente, por causa das elevadas taxas de juros e do processo de rolagem da dívida. Do ponto de vista externo, as desvalorizações cambiais foram vitais para o aumento na dívida líquida externa, principalmente com as reduções das reservas cambiais entre 1999 e 2002 (Filgueiras, 2003).

Tabela 3- Finanças Públicas, valores acumulados: 1995-2006 (R\$ bilhões)

Período	Juros	Superávit Fiscal primário	Aumento da dívida pública
1995-1998	211,4	-6,5	232,7
1999-2002	365,8	165,4	495,1
2003-2006	590,6	330,9	185,9
Total	1167,8	489,8	913,7

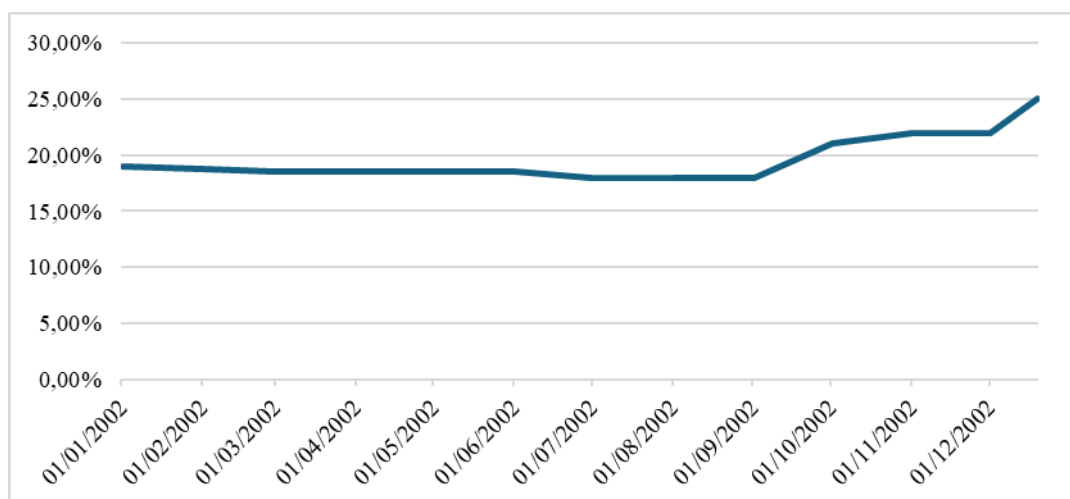
Fonte: Banco Central do Brasil; Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 107.

No início do XXI foi possível observar uma estabilidade de preços, principalmente quando os índices de inflação são confrontados com os dados da década de 1980 e início dos anos de 1990. Entretanto, o nível de informalidade, desemprego, precarização do trabalho, sucateamento do patrimônio público e crescimento da atividade econômica sofreram um processo de deterioração. *Pari passu*, houve também uma fragilização das contas externas e públicas, ampliando ainda mais a vulnerabilidade em relação aos ataques especulativos (Filgueiras, 2003).

Nesse sentido, o patamar da taxa de câmbio está intimamente associado ao panorama internacional e a atração de fluxos de capitais no curto prazo. Dessa maneira, a elevada volatilidade da taxa de câmbio dificulta a estabilidade macroeconômica. Dentro desse contexto, a taxa de juros é utilizada com o objetivo de brechar fugas de capitais em eventuais ataques especulativos. No entanto, os superávits primários robustos são necessários para contrabalancear os efeitos da instabilidade cambial e das taxas de juros sobre a dívida pública (Belluzzo, 2003).

É interessante destacar que durante período de 1999 e 2002, o tesouro pagou R\$ 365,8 bilhões de reais em juros, promovendo um *superávit* primário de R\$165,4 bilhões. Concomitantemente, houve um crescimento da dívida pública. Por conseguinte, os maiores beneficiários da rentabilidade dos títulos públicos são integrantes da fração bancário-financeira. Entretanto, o mercado financeiro temia um eventual governo petista em 2002, que promoveu retornos maiores entre 2003-2006 que os obtidos durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, o primeiro governo Lula promoveu o pagamento de R\$ 590,60 bilhões em juros e, ao mesmo tempo, promoveu *superávits* primários de R\$489,80 bilhões (Filgueiras; Gonçalves, 2007).

Gráfico 11 - Brasil: Variação da taxa de juros básica (Janeiro até Dezembro de 2002)



Fonte: Banco Central do Brasil (2024)

Em busca de evitar uma nova depreciação do câmbio, o Banco Central procurou aumentar as taxas de juros nominais com o intuito de atrair capitais especulativos em meados do segundo semestre de 2002. A taxa básica de juros, que iniciou o ano de 2002 em torno de 18,75%, encerrou o ano em 25%. Após o encerramento do processo eleitoral, o mesmo

Banco Central iniciou um ciclo de elevações das taxas de juros, enquanto a taxa de câmbio iniciou sua trajetória de queda, fechando o ano em R\$3,53. De certa maneira, as sinalizações da equipe de transição do governo Lula de manter o tripé macroeconômico, contribuíram para a estabilização do câmbio (Filgueiras, 2003).

Tabela 4 - Participação percentual por indexador dos títulos públicos federais e operações de mercado aberto 1994 a 2015

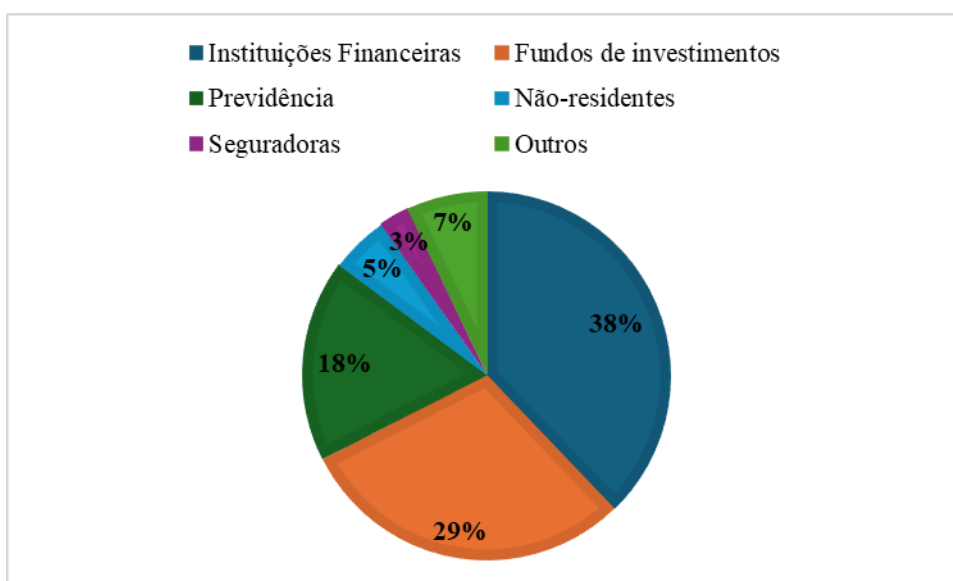
Ano	Over/Selic	Câmbio	Pré-fixado	TR	Índices de Preços	Outros	Operações de Mercado Aberto	Total
1994	15,9	12,3	53,2	22,8	12,4	5,5	-22,1	100
1995	38,9	5,4	44,0	9,3	5,4	0,0	-3,1	100
1996	19,0	9,6	62,3	8,1	1,8	1,4	-2,1	100
1997	35,1	15,5	41,3	9,1	0,3	0,6	-2,0	100
1998	70,6	20,8	1,7	6,3	0,4	0,7	-0,5	100
1999	61,1	24,2	9,2	3,7	2,4	0,1	-0,6	100
2000	52,7	22,5	14,9	4,7	6,0	0,1	-0,8	100
2001	54,4	29,5	8,1	3,9	7,2	0,0	-3,1	100
2002	55,2	20,3	2,0	1,9	11,4	0,0	9,3	100
2003	57,0	10,0	11,6	1,7	12,6	0,0	7,1	100
2004	54,0	4,9	19,0	2,6	14,1	0,0	5,5	100
2005	50,6	2,6	27,2	2,1	15,2	0,0	2,3	100
2006	35,9	1,2	34,2	2,1	21,4	-	5,2	100
2007	29,4	0,8	32,9	1,8	23,1	-	11,9	100
2008	28,9	0,9	26,0	1,3	23,7	-	19,2	100
2009	27,4	0,5	25,8	0,9	21,9	-	23,4	100
2010	28,0	0,5	32,7	0,7	24,2	-	13,9	100
2011	26,2	0,5	32,6	0,7	25,2	-	14,9	100
2012	17,6	0,5	32,7	0,5	28,2	-	20,6	100
2013	15,6	0,5	34,6	0,4	28,9	-	20,0	100
2014	14,1	0,4	31,6	0,3	26,9	-	26,6	100
jul/15	15,7	0,5	31,6	0,3	25,6	-	26,3	100

Fonte: DIEESE; Banco Central do Brasil (2015)

A tabela 4 mostra o aumento da participação da Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) como indexador dos títulos públicos federais a partir da manutenção da âncora cambial. Nesse sentido, sua participação saiu de 15,90% para 54% em 2004. É possível assim observar a prevalência da SELIC diante das outras variáveis. Em 2002, por exemplo, a taxa básica de juros e o câmbio representavam mais de 75% dos indexadores dos títulos comercializados no mercado. Nesse sentido, seus detentores se beneficiavam da variação no câmbio e das remunerações obtidas mediante as taxas de juros (Dieese, 2015).



Gráfico 12 – Brasil: Detentores dos Títulos Públicos Federais -2007



Fonte: DIEESE; Secretária do tesouro Nacional (2015)

Embora os dados sejam de 2007, é possível notar um predomínio dos Fundos de Investimento e das instituições financeiras como grandes detentoras dos títulos públicos federais. Por conseguinte, ambas conseguiram aumentar seus respectivos níveis de rentabilidade através da renegociação desses títulos e com suas elevadas taxas, principalmente nos anos subsequentes ao plano de estabilização. Em 2002, por exemplo, havia um temor desses grupos em perder uma fonte fundamental para seus estupendos resultados (Boito, 2002).

Apesar do aumento do aumento da vulnerabilidade externa e da fragilidade das finanças públicas no decorrer dos anos 1990, a depreciação cambial de 2002 teve como traço fundamental um ataque especulativo. Por conseguinte, os grandes detentores dos títulos públicos recorriam para a justificativa do “risco Lula”, ou seja, um iminente triunfo da candidatura Lula naquela eleição presidencial como o principal motivo para o descolamento entre o dólar e o real. Nesse sentido, a dependência da atração de capitais de curto prazo e a elevada concentração desses ativos, comprometiam a atuação do Banco Central diante do humor dos principais detentores dos títulos públicos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, a dissertação demonstrou que o Padrão Liberal Periférico promoveu alterações consideráveis dentro da estrutura produtiva do país. Nesse sentido, o presente trabalho buscou ampliar as discussões referentes à implantação do Modelo Liberal Periférico e a o risco Lula, priorizando a análise do processo eleitoral de 2002.

Nesse contexto, a pesquisa buscou analisar inicialmente o processo de implantação do Neoliberalismo, a transformação do país em uma grande plataforma de acumulação financeira e sua conjuntura macroeconômica nos anos 1980 e 1990. Por conseguinte, a intenção desse trabalho foi justamente entender os aspectos estruturais e conjunturais capazes de explicar a prevalência dos detentores dos ativos financeiros diante das outras frações da burguesia e dos setores dominados. Concomitantemente, entender suas respectivas influências sobre o comportamento de alguns indicadores econômicos durante o processo eleitoral.

Posteriormente, esta dissertação abordou as interações dentro do bloco no poder e a hegemonia da fração bancário financeira. Além disso, analisou-se a implantação do Padrão Liberal Periférico e seus impactos para o aumento da vulnerabilidade externa e da fragilidade das finanças públicas. Não obstante, o processo de financeirização da economia brasileira contribuiu para o aumento das disputas entre os diversos grupos da sociedade pelos rumos do orçamento. Pari passo, o país se torna mais exposto a ataques especulativos.

De fato, a candidatura Lula e o PT se colocaram antes da chegada ao poder como alternativa ao Neoliberalismo e a estrutura de propriedade desigual vigente na sociedade brasileira. Apesar do transformismo dos principais dirigentes do partido, o mercado financeiro temia eventuais mudanças nos rumos da política econômica. Paralelamente, a capacidade de planejamento e de resistência do Estado diante dos detentores dos ativos financeiros diminuía consideravelmente.

Em suma, o descolamento acentuado entre dólar e real foi preponderantemente como uma consequência de um ataque especulativo. Nesse sentido, o mercado financeiro, que, no período anterior emprestara seu apoio incontestado ao Plano Real, agora, no início do período

lulista, apresentava resistências a candidatura petista, uma vez que temia uma mudança nos fundamentos macroeconômicos do plano de estabilização, organizando, ironicamente, um grande ataque contra o real.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. M. L. **A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990.** 2018. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- ALMENDRA, C. C. **A Crise do México de 1994/1995 e o Efeito Tequila na América Latina.** Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- ARAÚJO, V. L.; GENTIL, D. L. **O primeiro governo FHC (1995-1998): o neoliberalismo escancarado.** In: ARAUJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. de. (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações.** 1. ed. São Paulo: Hucitec. 2021. v. 1, p. 420-443.
- ÁVILA, R. **Superávit ou déficit primário? O debate rebaixado.** Blog Marxismo 21 – Dossiê Ajuste Fiscal, 2015. Disponível em: <http://www.marxismo21.org>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ÁVILA, R.; FATTORELLI, M. L. **Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022, Auditoria cidadã da dívida, 2023.** Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/> Acesso em: 03 nov. 2024.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 18, p. 27-47, 2007.
- BALANCO, P.; PINTO, E. C. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 46, p. 165-188, 2005.
- BASTOS, C. P. M.; FERRAZ, F. C. A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990: inflação, mudança estrutural e estabilização. In: ARAUJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. de. (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações.** 1. ed. São Paulo: Hucitec. 2021. v. 1, p. 383-419.
- BATISTA JR., P. N. Argentina: uma crise paradigmática. **Estudos Avançados**, v.16, n.44, p.83-96, 2002.
- BATISTA, P. N. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo: s.n., 1994.
- BATISTA JR., P. N. A armadilha da dolarização. **Estudos Econômicos**, v. 23, n. 3, set./dez. 1993.
- BELLUZZO, L. G. M.; GALIPOLO, G. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** 1. ed. São Paulo: Contra Corrente, 2017.

BELLUZZO, L. G. M. O paradoxo da credibilidade. **Política Econômica em Foco**, Campinas, v. 2, p. 1-10, 2003.

BELLUZZO, L. G. M. Movimentos de Capitais, Instabilidade Monetária e Desequilíbrio Fiscal: um post-mortem da política econômica do Governo Collor. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 33-48, 1992.

BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 80-104, 1996.

BOITO JR, A. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Ideias**, Campinas, n. 1, p. 13-48, 2002.

BOITO JR., A. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, p. 09-30, 2023.

BONELLI, R., PESSOA, S. **Desindustrialização no Brasil**: Um Resumo da Evidência, Centro de desenvolvimento econômico, IBRE-FGV, maio, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 168 p, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia pós-Plano Real**: as relações básicas. In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole, p. 3-47, 2005.

BRITO, C. M. T. M. B. **Estado e Poder Político no Brasil**: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010). Dissertação (Mestre em Ciências Sociais). Maringá- PR, 2017.

CAMPEDELLI, A. L. O regime de metas de inflação: uma crítica a partir da visão heterodoxa. **Economia Ensaios**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 95-112, 2015.

CARCANHOLO, M. D. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 6, p. 6-24, 2014.

CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo, ortodoxia e ajuste econômico**: crítica da economia política brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia - IFCS/UFRJ, 2016.

CARDOSO. F. C; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 423 p. 2002.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018. v. 1. 192 p.

CASSEB, N. C. B. A inserção externa da economia brasileira a partir dos anos 1990 e os desafios da crise. In: DOWBOR, L.; MOSANER, M. (Org.). **A crise brasileira**. São Paulo: Contra Corrente, p. 40-62, 2016

CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 27, n. 58-71, 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1, 1 ed. 318p.

DATA FOLHA. Evolução da intenção de voto para presidente. Instituto de Pesquisa Datafolha. Opinião Pública. São Paulo. 1994. Disponível em: [https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/09/01/intencao\\_de\\_voto\\_e\\_rejeicao\\_para\\_presidente\\_94.pdf](https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/09/01/intencao_de_voto_e_rejeicao_para_presidente_94.pdf). Acesso: no dia 10 de novembro de 2024.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FIESP. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 18 ed. São Paulo: 2019

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2003

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v.01. 263p

FILGUEIRAS, L. **Notas para a análise de conjuntura**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2015.

FINE, B. Neither the Washington nor the Post-Washington Consensus: an introduction. In FINE, C; LAPAVITSAS, J Pincus. **Studies in Development Economics**, London: Routledg, 2003. v.17. p.1-27

FLEISCHER, D. V. As Eleições Municipais no Brasil: Uma análise comparativa (1982-2000). **Opinião Pública (UNICAMP)**, Campinas, v. 8, n.1, p. 80-105, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Concentração de renda diminui. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 22 de maio de 2000. Disponível em: Folha de São Paulo - Concentração de renda diminui - 22/05/2000. Acesso: no dia 12 de novembro de 2024.

FURTADO.C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALA, P. S. de O. S.; LIMA, U. M. A. Um resumo do Plano Real: Inflação baixa, dívida interna e externa altas. **Blog Paulo Gala – Economia & Finanças**, 2020. Disponível em:

<https://www.paulogala.com.br/um-resumo-do-plano-real-inflacao-baixa-divida-interna-e-externa-alta/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

GOMES, J. M. 21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 57, p. 25, 2016.

GOMES, C. **Projeto Nacional: O dever da esperança**. São Paulo: Editora LeYa, 2020

GONÇALVES, R.; CARCANHOLO, M. D.; FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. C. Vulnerabilidad estructural externa en América Latina. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. (Org.). **Los condicionantes de la crisis en América Latina: inserción internacional y modalidades de acumulación**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2009. 119-138p.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

IASE, M. O Partido dos Trabalhadores e suas estratégias políticas. **Revista Brasileira de Política**, v. 12, n. 1, p. 45-67, 2012.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, v 14, n 4, p. 322-331, 1943.

KALTENBRUNNER, A.; PAINCEIRA, J. P. Subordinated financial integration and financialisation in emerging capitalist economies: the Brazilian experience. **New Political Economy**, v. 23, n. 3, p. 290-313, 2018.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Manuel Resende; revisão técnica Alda Couto. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAPAVITSAS, C.; SOYDAN, A. Financialisation in developing countries: approaches, concepts, and metrics. **International Review of Applied Economics**, v. 36, n. 3, p. 424-447, 2022.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LINS, R. Workfare à brasileira? As escadas da neoliberalização no capitalismo periférico. In: MELO, J. A.; LINS, R. (Org.). **Dimensões da neoliberalização à brasileira**. Rio de Janeiro: e-Publicar. 2021. 47-72p.

LOPREATO, F. L. C. Política fiscal: mudanças e perspectivas. In: CARNEIRO, R. M. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp. 2006. 207-229p.

MALTA, M. M; LEÓN, J. E. W. HH. Soluções autoritárias para crises econômicas: aspectos brasileiros de golpes de classe. In: MELLO, L. E; ZANIN, F.; SILVA, J. L. A.

(Org.). **Estratégias autoritárias do estado empregador: assédio e resistências**. 1 ed. Curitiba: Kayganguê Ltda. 2017. 13-39p.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MEDEIROS, C. A. Raízes Industriais da Crise Financeira Asiática e o Enquadramento da Coreia. **Economia e Sociedade (UNICAMP)**. n.11, p. 151-172, 1998.

MIGUEL, L. F. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MORAIS, F. **Lula: Biografia**, v. 1. 1ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NASSIF, L. O Banco Central e a crise. **Folha de São Paulo**. 12 out. 2002. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1210200223.htm>. Acesso em: 06 de março de 2025

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**, São Paulo: Editora Boitempo, 2003

OLIVEIRA, K. C. S.; LIMA, U. M. Análise da inserção internacional do Brasil nas cadeias globais de valor: o caso da indústria de papel e celulose. **Revista de Desenvolvimento Econômico (Impresso)**, v. 2, p. 50-73, 2022.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 67-90 p.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, 2012.

PAULANI, L. M. Terrorismo econômico. **Marxismo** 21, 17 set. 2014. Disponível em: <https://marxismo21.org/terrorismo-economico>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PEREZ, D. M. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Temporalis**. (BRASÍLIA), v. 19, p. 10-25, 2019.

PINTO, E. C.; BALANCO, O. P. A. F. **Padrão de acumulação, Estado e políticas econômicas no Brasil: da República Velha ao governo provisório e constitucional de Vargas**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Campinas, n. 23, p. 48-76, 2008.

PINTO, E. C. **Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.



- PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico no Brasil. In: ABRÃO, J. S. (Org.). **Brasil: interpretações & perspectivas**. São Paulo: Marcial Pons, 2016. 59-86 p.
- PINTO, E. C. Nova República (1985-1989): Transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. In: Araújo, Victor; Mattos, Fernando. (Org.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma**. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2021. p.355-386
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Editora Unicamp, 2019.
- PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. São Pulo: Editora Brasiliense, 2012.
- ROCHA, B. L.; RAVEL, L.; CAMERA, R. **As portas giratórias e a “blindagem” do Banco Central**. Instituto Humanitas Unisinos 17 ago. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/570735-as-portas-giratorias-e-a-blindagem-do-banco-central>. Acesso em: 03 de nov. 2024.
- ROSSI, P. **Taxa de câmbio de política cambial no Brasil: teoria da institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- ROSSI, P. **Brasil em disputa: uma nova história da economia brasileira**. São Paulo: **Planeta do Brasil**, 2024
- SADER, E. S. **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SALVADOR, E. O Injusto sistema tributário brasileiro. **Revista Política**. v. 1, p. 58-69, 2016.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L.; COUTINHO, L. (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**, 2 ed. São Paulo, 1983. v.1.
- SEVERO, L.B.F. **Crises e Hegemonias: História em processo**. São Paulo: Editora Dialética, 2024
- SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. ed. Curitiba: UFPR. 2007. 115p.
- SCHWARTSMAN, A. É mentira que as despesas da dívida pública sejam metade do gasto do governo, **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2018/06/e-mentira-que-as-despesas-da-divida-publica-sejam-metade-do-gasto-do-governo.shtml>. Acesso em: 03 de nov de 2024.
- SILVA, C. L. Veja e o PT: do “risco Lula” ao “Lula light”. **Lutas Sociais**, n 15-16, p.137-149, 2006

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e hegemonia.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, M. C. A. **Da Substituição de Importações ao capitalismo Financeiro Ensaio sobre economia brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. **Uma reflexão sobre inflação contemporânea.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. 1984. 30p. (Texto para discussão, n. 65).

TAVARES, M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 45-60, ago. 1992.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 909-941, 2012.